


alavaneia

CGTP-IN

ANO 5 N.º 33 FEVEREIRO 1980 PREÇO 15\$00



III CONGRESSO

DA CGTP-IN

EM MARCHA

DESTACÁVEL III Congresso da CGTP-IN
documentos em discussão

POPULARES LIVRARIAS

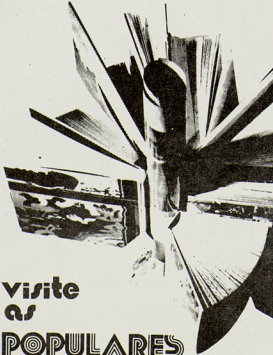
CDL

AS SUAS LIVRARIAS

ANGRA: LIVRARIA POPULAR DE ANGRA
Rua Ramã D. Amélia, 79-80 - ANGRA DO HEROISMO
BEJA: LIVRARIA POPULAR DE BEJA
Rua Mérola, 89 - BEJA
COIMBRA: INTERLIVRO
Terreiro da Enva, 6 - COIMBRA
ÉVORA: LIVRARIA BENTO JESUS CARAÇA
Rua Alarcão de Baixo, 13 - ÉVORA
FARO: LIVRARIA POPULAR DE FARO
Rua 1.º de Dezembro, 13 - FARO
LISBOA: INTERLIVRO
Rua Pedro Nunes, 9-A - LISBOA 1
LIVRARIA - o diário -
Rua do Sáculo, 80 - LISBOA 2
CDL
Avenida Santos Dumont, 57-C - LISBOA 1
OLIVAIS SUL: LIVRARIA POPULAR DOS OLIVAIS
Rua Cidade de Quelama, 3-C - OLIVAIS SUL
MARINHA GRANDE: LIVRARIA 18 DE JANEIRO
Rua António Campos Júnior, 18 - MARINHA GRANDE
PORTO: LIVRARIA AVANTE
Rua de Anz, 26 - PORTO
SANTARÉM: LIVRARIA CAMINHO
Rua Pedro de Santarém, 41 - SANTARÉM
SETÚBAL: LIVRARIA MUNDO NOVO
Avenida da Angónia, 29-A - SETÚBAL
VIANA DO CASTELO: LIVRARIA POPULAR DE VIANA
Rua da Picota, 38-40 - VIANA DO CASTELO
V. FRANCA DE XIRA: LIVRARIA SOEIRO PEREIRA GOMES
Rua Serpa Pinto, 77 - VILA FRANCA DE XIRA
DEPARTAMENTO DE VENDA DIRECTA
Avenida Santos Dumont, 57-4.º Esq.º - LISBOA 1

ONDE PODE ENCONTRAR

LIVROS NACIONAIS E ESTRANGEIROS • LIVROS
ESCOLARES • DISCOS • CASSETTES • ARTESANATO
• POSTERS • SELOS • MEDALHAS • JOGOS
• BRINQUEDOS



visite
as

POPULARES
LIVRARIAS CDL

Leia neste número:



**CGTP-IN contra
o programa
do Governo**

**O III Congresso
em marcha
- Depoimentos,
notícias**

**CEE
Horizontes
sombrios**

**III Congresso
da CGTP-IN**

ABERTO A TODOS OS SINDICATOS

FORTALECER A UNIDADE
E A ORGANIZAÇÃO
PROSSEGUIR
ABRIL

LISBOA 6/7/8 E 9 DE MARÇO DE 1963



Delegação da CFTD em Portugal



Mulheres preparam o III Congresso



ÓRGÃO MENSAL DA CONFEDERAÇÃO GERAL
DOS TRABALHADORES PORTUGUESES
-INTERSINDICAL NACIONAL

Rua Victor Cordon, N.º 1, 2.º - LISBOA

DIRECTOR: JOSÉ ERNESTO CARTAXO

Sumário

Editorial	5
A CGTP-IN e o Programa do Governo	6/7
Seminário de tempos livres	8/9
Notícias e comentários	10/11
CEE - Anos negros	12/13
O Congresso em marcha	
- Sindicatos depõem	14/15
Por todo o País prepara-se o Congresso	16/17
As mulheres e o III Congresso	18/19
Seminário de Segurança Social	20/21
Grundig - Organização Sindical de empresa	22
A CGTP-IN e o Mundo	23/24
Teatro	25
Cinema	26

ESTA EDIÇÃO CONTÉM 36 PÁGINAS

Incluindo um destacável com documentos
ao III Congresso da CGTP-IN

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO:

RUA VÍTOR CORDON, N.º 1, 2.º
1294 LISBOA CODEX

COMPOSTO E IMPRESSO
NA RENASCENÇA GRÁFICA,
SARL
RUA LUZ SORIANO, 44
1200 LISBOA

DISTRIBUIÇÃO:

CDL - CENTRAL DISTRIBUIDORA
LIVREIRA

Condições de assinatura

Continente	- Anual (12 números)	165\$00
	- Semestral (6 números)	85\$00
Ilhas (Por avião)	- Anual (12 números)	260\$00
	- Semestral (6 números)	130\$00
Estrangeiro (Por avião)	- Anual (12 números)	500\$00
	- Semestral (6 números)	250\$00

Pedidos à Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses
- Intersindical Nacional - Rua Vítor Cordon, n.º 1-2.º
1294 LISBOA CODEX



Em
directo com
os leitores

Alsácia Fontes Machado Caldas da Rainha

«Conhecedora do vosso apelo de solidariedade para com as vítimas do sismo dos Açores, suponho que a Inter-sindical está em condições de receber donativos e fazê-los seguir para o seu destino.

«Por isso aqui junto a minha pequena contribuição, medida pelas minhas limitações económicas, mas grande pelo meu desejo de auxílio, de colaboração, de fraternidade e de carinho.

«Aproveitando o ensejo, já que o meu tempo é escasso, aqui junto, igualmente, um soneto, que logo destinei ao vosso arquivo, mas que ficou aguardando a possibilidade de envio até hoje.

«Aproveito a ocasião para vos enviar as mais cordiais saudações de Ano Novo e votos de muitos êxitos e firmeza na luta sindical ao longo de 1980, que vai ser duro com o Governo pró-fascista que vamos ter de suportar. Igualmente faço votos ardentes por êxitos alcançáveis no vosso próximo III Congresso. Que os

ideais de Abril, tão ameaçados, possam ser defendidos e levados por diante».

Estamos gratos pela sua carta, assim como pelo envio que fez para solidariedade ao povo açoriano. Também pelos seus votos referentes a êxitos para esta CGTP-IN durante 1980. De facto, com o governo reaccionário que temos no poder, em Portugal, as tarefas do Movimento Sindical Unitário, de que a CGTP-IN é a verdadeira expressão, serão evadidas de grandes dificuldades. Mas contamos que com a Unidade e a Decisão dos trabalhadores, que têm aprendido muito nestes últimos anos, sobre problemas sindicais e sociais, poderemos levar de vencida quantas dificuldades se opuserem aos trabalhadores portugueses, venham elas de onde vierem.

Temos muito prazer em publicar o seu soneto, dedicado a um grande lutador pela emancipação dos povos africanos e que foi bastante amigo do povo português:

A AGOSTINHO NETO

(No dia do anúncio da sua morte)

A meio da jornada além te foste,
órfãos deixando os teus irmãos de luta.
Mas a razão não pára, avança, exulta,
à voz de esperança que tu sempre foste.

É que «a Vitória é certa». O povo luta
na Pátria que contigo libertou
até à meta que o Porvir traçou
nos teus poemas tua voz escuta.

A língua portuguesa enriqueceste
nos versos, nas ideias que lhe deste,
na força inteligente que lhe dáste.

Herói entre os heróis libertadores,
venham cobrir-te de hinos e de flores,
beije-te, enfim, neste infinito, a Paz!

LIVROS RECEBIDOS

Editorial Caminho

«A Caça às Rolas», por Filipe Leandro Martins;
«RDA, Ida e Volta», — Kátia-Catarina, o Salto Qualitativo da mulher, por Pedro Alvim e Alice Nicolau

Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios e Vestuário de Portugal

«Técnica do Trabalho» n.º 2, da direcção de Jorge Manuel Pinto de Oliveira Carvalho.

Ministério da Educação — Direcção-Geral da Educação Permanente

«Trabalhos Preparatórios para o Plano Nacional de Alfabetização e Educação de Base dos Adultos — Relatório de Síntese».

António Esteves Medeiros Lisboa

«Edmonde Maire, que é o secretário-geral da segunda principal confederação sindical francesa, a CFDT (Confederação Francesa Democrática do Trabalho), criada após uma cisão com a CFCT (Confederação Francesa dos Trabalhadores Cristãos), esteve há semanas em Portugal, acompanhado de duas outras personalidades directivas dessa Confederação sindical francesa. Ele teve contactos com a CGTP-IN, com cujo Secretariado efectuou várias sessões de trabalho. Ele foi recebido pelo senhor Presidente da República, a quem foi apresentar cumprimentos em nome de uma parte importante dos trabalhadores franceses. Deus depois, uma conferência de imprensa, durante a qual analisou a situação

difícil em que se encontram os trabalhadores emigrados em França, em especial no que se refere aos portugueses.

Teve uma frase que me parece carregada de terrível verdade e que me obriga, como trabalhador ainda não sindicalizado, a meditar profundamente sobre o que devo fazer para aderir a um sindicato. Ele disse a UGT não é representativa dos operários portugueses e que ela tem mais interesses políticos a defender que propriamente a defesa dos interesses dos trabalhadores.

Foi para mim como que uma revelação, pois embora já tivesse ouvido dizer que a UGT era representante de interesses opostos aos dos trabalhadores, com a finalidade de os cindir, favorecendo, desta forma, os patrões, só agora, com a clara afirmação desse dirigente sindicalista de um país importador de mão-de-obra estrangeira como é Edmonde Maire, que jamais pode ser acusado de defender os comunistas franceses, é que me convenci de que não devo aderir à UGT, que muitos colegas de trabalho meus acusam de «amarelo», isto é, uma espécie de organização para desunir os trabalhadores portugueses, ao contrário do que eu penso que deve ser a missão de uma organização sindical.

Apreciamos a sua carta. E achamos que ela é suficientemente clara e que não carece de aches das a nossa parte para que os trabalhadores portugueses, ainda não inscritos nos sindicatos, compreendam que devem aderir aos seus organismos de classe filiados na CGTP-IN, que é a única Confederação Sindical portuguesa que luta com a maior coerência e decisão pela Unidade de todos os Trabalhadores. Porque só unidos os trabalhadores serão mais fortes. E quanto mais forte for a classe operária, menos difícil é a vitória final dos explorados sobre os exploradores.

Editorial

VAI CAINDO A MÁSCARA DO GOVERNO DO CAPITAL

AS recentes medidas tomadas pelo Governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral, profundamente lesivas dos interesses das classes trabalhadoras e do povo em geral, são o mais cabal desmentido das «maravilhosas promessas» feitas pela «AD» durante a campanha eleitoral.

Outra coisa não era de esperar de um Governo que representa os interesses económicos e políticos dos monopolistas e latifundiários, senão uma prática que enveredasse pela tentativa de repor os privilégios perdidos dessa sua clientela, à custa de mais sacrifícios, mais fome, mais repressão para o povo português.

Era de prever, tal como o fez publicamente a CGTP-IN, que este Governo fomentasse um conjunto de ataques frontais aos direitos e interesses dos trabalhadores, às conquistas da Revolução e ao próprio regime democrático.

A quem serve este Governo que aumenta o preço do azeite, entrega a importação da batata de semente aos patrões privados e se prepara para aumentar o preço do pão, do leite, do arroz, da margarina, do açúcar, da gasolina e gasóleo (estes já aumentados), dos transportes, etc.?

A quem serve este Governo que suspendeu arbitrariamente a publicação de mais 40 CCTs e ACTs já acordados com o patronato, lesando gravemente cerca de meio milhão de trabalhadores?

A quem serve este Governo que autoriza o despedimento em massa de trabalhadores como aconteceu na Plessey e que se prepara para dar cobertura à pensão do patronato da ITT Standard-Elétrica de despedir centenas de trabalhadores?

A quem serve este Governo que se prepara para desencadear contra os heróicos trabalhadores da Reforma Agrária uma política de violências, arbitrariedades e ilegalidades?

Como é evidente, este Governo não serve aos trabalhadores. Serve exclusivamente os interesses vorazes dos senhores da CIP, CAP, CCP e das multinacionais.

A resposta dos trabalhadores portugueses a uma tal política, organizados em torno da sua central sindical, não se fará esperar. Para além das medidas imediatas que o Movimento Sindical terá de tomar com vista a defender os interesses e direitos dos trabalhadores, a realização do III Congresso e a discussão dos seus temas que se encontram em curso, constituem uma poderosa acção de massas, da qual resultará a definição das grandes linhas de orientação do Movimento Sindical que darão maior eficácia à luta dos trabalhadores contra os seus inimigos de classe.

Nos momentos difíceis que atravessamos redobra de interesse e importância o III Congresso da CGTP-IN (aberto a todos os sindicatos) que irá decorrer sob o lema FORTALECER A UNIDADE E A ORGANIZAÇÃO, PROSSEGUIR ABRIL.

Que ele seja uma grande jornada de unidade, organização e luta são os objectivos de milhões de trabalhadores que vêm na CGTP-IN o defensor intransigente dos seus interesses de classe.

— O III Congresso da CGTP-IN será um êxito
— A política reaccionária será derrotada
— Os trabalhadores e as massas populares defenderão e consolidarão o regime democrático e as conquistas de Abril.

Um Governo com um programa do 24 de Abril

O programa do Governo é a confissão clara do fracasso da política que tem sido seguida por imposição do FMI, a qual teve sempre o apoio e o incitamento dos partidos que integram a aliança do grande patronato agora no Governo.

Na verdade, e de acordo com o que nele se expressa, em 1979 a produção cresceu 2,5%, quando em 1978 tinha aumentado 3,4%, em 1979 o investimento baixou 1%, relativamente ao ano anterior, o desemprego agravou-se, a taxa de inflação atingiu cerca de 24%, portanto superior à verificada em 1978, as desigualdades na distribuição do rendimento acentuaram-se, a satisfação das necessidades sociais da população não melhorou, o poder de compra da maioria dos portugueses baixou, etc., etc.

O programa do Governo é também a declaração de que a política que provocou todos estes resultados desastrosos para os trabalhadores e para o País vai continuar e de uma forma agravada.

Assim, e segundo o próprio programa, o actual Governo compromete-se a «melhorar a lei das indemnizações», o que significa que os grandes capitalistas e agrários ainda não estão satisfeitos com os 150 milhões de contos que iam receber, compromete-se também «a garantir mais verdade e transparência na formação dos preços», o que significa novos aumentos de preços, o Governo considera também que o direito penal económico actual é «marcadamente sobrecriminalizador», o que significa que tenciona dar maiores facilidades aos especuladores, falsificadores e açambarcadores, o Governo da AD tenciona «desburocratizar o controlo de preços», o que determinará que os aumentos de preços serão ainda mais frequentes do que no passado, o Governo do grande patronato pretende

O Secretariado Nacional da CGTP-IN, reunido a 18-1-80 na sua sede em Lisboa, analisou o programa apresentado pelo Governo à Assembleia da República, tendo concluído:

também acabar com aquilo a que chama «monopólios estatais», o que significa que a importação de produtos essenciais para a população, como sejam o trigo, a carne, etc. serão entregues aos grandes intermediários para estes embolsarem fabulosos lucros à custa dos trabalhadores; **o Governo do grande patronato pretende «conter a contratação colectiva», o que significa que novos e maiores obstáculos serão criados à revisão das tabelas salariais e à publicação de novos CTS;** o Governo da AD pretende «rever a lei do arrendamento rural», naturalmente para tornar mais gravosa, para os pequenos rendeiros; pretende «rever a lei de bases gerais de Reforma Agrária; pretende igualmente apressar os «processos de devolução e de reserva dentro da aplicação da Lei 77/77», o que significa que os ataques aos trabalhadores do Alentejo vão-se multiplicar; o Governo da AD tenciona apresentar uma «nova proposta de delimitação do sector público e privado», o que em palavras claras significa que novas dificuldades e mais ataques se preparam contra as nacionalizações.

O Governo da AD «procurará rever os incentivos ao novo investimento», o que quer dizer que serão dadas aos grandes capitalistas maiores facilidades e apoios; o Governo do grande patronato considera que os impostos sobre os rendimentos dos grandes capitalistas são exagerados e por isso propõe-se reduzir a tributação que sobre eles cai; o Governo AD considera que se verificam actualmente «altas taxas de abutimento, e que por isso impõe-se que se adoptem medidas legislativas adequadas» as quais,

naturalmente, não se limitarão a alterações à lei das faltas com vista a retirar direitos adquiridos mas passam ainda por uma maior liberalização dos despedimentos e por uma maior generalização dos contratos a prazo; o Governo da CIP, CAP e CCP pretende fazer «uma revisão global da legislação do trabalho a fim de adaptar as concepções básicas e os princípios fundamentais do nosso sistema de relações de trabalho aos dos países da Europa capitalista (pág. 63), o que significa que maiores ataques se preparam aos direitos e aos interesses dos trabalhadores; o Governo do grande patronato pretende rever a lei sindical assim como «a lei do Serviço Nacional de Saúde», naturalmente para dar satisfação às exigências dos tubarões da Medicina; o Governo da CIP, CAP e CCP afirma que «todas as políticas globais e sectoriais, bem como as iniciativas legislativas, deverão ser aferidas pelo objectivo último da integração nas comunidades», o que significa em palavras claras que todos os actos deste Governo assim como das forças políticas que o apoiam na Assembleia subordinar-se-ão a interesses estrangeiros; o Governo da AD pretende ainda transferir a gestão de muitas empresas nacionalizadas para as mãos dos capitalistas; afirma que não consentirá «qualquer diminuição de duração legal do horário de trabalho» (48 horas semanais), e tenciona introduzir alterações em certos horários, naturalmente para os aumentar, etc., etc.

Em resumo, é um autêntico programa de ataques sistemáticos aos direitos e interesses dos trabalhadores, ao seu nível de vida, a estabe-

lidade do seu emprego; é um verdadeiro programa de destruição das grandes conquistas da Revolução de Abril e de submissão declarada dos interesses nacionais aos interesses estrangeiros.

Mas para além de tudo isto o programa do Governo AD é também um programa que visa claramente a destruição do regime democrático.

Efectivamente, à margem da Constituição em vigor e mesmo contra ela, o Governo da CIP, CAP, e CCP tenciona elaborar um «regime jurídico do referendo»; a «modificação da Lei Eleitoral»; a «revisão da Lei dos Partidos», etc., etc.

O confronto com as instituições democráticas e mesmo a sua destruição, eis o objectivo final da actividade deste Governo.

A concretização da anunciada política do Governo é um factor de desestabilização da vida política, social e institucional.

A CGTP-IN lutará contra todas as tentativas de reduzir o nível de vida dos trabalhadores, contra as violações aos direitos dos trabalhadores e às liberdades sindicais, contra a repressão patronal, contra as conquistas da revolução, contra o regime democrático consagrado na Constituição.

Os trabalhadores não podem criar qualquer expectativa acerca das intenções do Governo, seja qual for a tática que este venha a utilizar.

A CGTP-IN tem plena consciência das responsabilidades que lhe cabem na defesa dos interesses dos trabalhadores e do regime democrático e continua a considerar que, hoje, mais que nunca, a eficácia de luta dos trabalhadores será tanto maior quanto mais se reforçar a coesão e unidade entre estes.

Mais uma vez, se realma a necessidade de com base na defesa dos princípios de classe dos trabalhadores, se incentivar o entendimento e cooperação entre todos os trabalhadores, sem qualquer discriminação.

Os trabalhadores e as suas organizações têm força suficiente para tomarem a iniciativa de lutarem pela efectiva aplicação de todos os seus direitos e garantias, com plena confiança de que é através da luta de massas que os seus direitos e interesses serão defendidos e resolvidos.

Os trabalhos de preparação do III Congresso da CGTP-IN devem inserir-se nessa luta e terão de constituir uma importante movimentação de massas, por forma que ele represente uma afirmação de consciência, força e determinação do Movimento Sindical.

Lisboa, 18-1-80



SEMINÁRIO NACIONAL SINDICAL DE TEMPOS LIVRES

Tempos livres e sua trajectória histórica

O tempo livre e a maneira de o preencher são uma realidade relativamente recente na vida das massas trabalhadoras. A evolução das formas de dominação capitalista e o desportar e o aprofundar da consciência de classe dos trabalhadores a traduzir-se no desenvolvimento da respectiva organização e no seu empenhamento em profundas transformações sociais, são factos históricos que, constituindo pano de fundo da luta de classes e balizando o percurso para a dignificação e emancipação definitiva das classes trabalhadoras marcam igualmente o lento, mas seguro, processo de conquista de mais tempo disponível, de livre utilização, de fruição desresponsabilizada em relação a imposições e constrangimentos de natureza económica, social e outras.

Da jornada de 8 horas às férias pagas, a reivindicação de tempo livre, isoladamente ou imbrincada em outras exigências de melhores salários e melhores condições de vida e de trabalho, tem constituído, muitas vezes, o grande motor de duras e importantes lutas dos trabalhadores e das suas organizações de classe, com vitórias que se tornaram marcos na história do Movimento Operário e Sindical e abriram caminho para outros combates e novas vitórias.

Da exploração desenfreada dos princípios do século passado à situação actual, em que em muitos países capitalistas a 5.ª semana de férias e a se-

Realizou-se no passado dia 12 de Janeiro nas instalações da Faculdade de Letras de Lisboa, o Seminário Sindical Nacional de Tempos Livres, organizado pela CGTP-IN.

Este Seminário de grande importância para a análise e estudo da problemática dos Tempos Livres dos trabalhadores, realizou-se no âmbito dos trabalhos preparatórios do III Congresso da CGTP-IN (Aberto a Todos os Sindicatos).

Com a presença de cerca de 300 delegados representando centenas de milhares de trabalhadores de um amplo leque de sectores profissionais, iniciaram-se os trabalhos distribuídos por três secções que funcionaram durante todo o dia e que se debuxaram sobre: Objectivos e perspectivas de acção sindical no domínio dos tempos livres; A organização dos tempos livres no seio do Movimento Sindical; tempos livres dos trabalhadores: a informação e formação de quadros.

mana de 4 dias de trabalho já estão nos cadernos reivindicativos dos trabalhadores, a linha geral é a do recuo, da cedência e da derrota do capital e das classes dominantes.

Os benefícios da prática de actividades de lazer reparam-se em duas componentes: uma de natureza sociocultural que, contribuindo para o bem-estar, o aumento dos conhecimentos, o desenvolvimento e diversificação dos interesses e, em última análise, a elevação da consciência individual e de classe dos trabalhadores, se traduziria numa melhoria geral dos níveis de saúde, educação e cultura das populações, reforçando do mesmo passo a coesão e espírito de luta das classes trabalhadoras, e criando um clima de progresso e transformação social; outra, de natureza socioeconómica, que através da incidência directa na produtividade individual e de conjunto dos trabalhadores se traduz em resultados positivos no processo produtivo.

Na área geográfica do Capitalismo Monopolista



de Estado e dos países subdesenvolvidos ou em vias de desenvolvimento ainda submetidos à sua dominação, a burguesia e os grandes monopólios asseguraram o controlo praticamente total das coisas do desporto e da cultura beneficiando, para tal, da cumplicidade activa dos aparelhos de estado dos respectivos países do aproveitamento óptimo dos meios de comunicação de massa que directa ou indirectamente lhes pertencem, da permeabilidade das fronteiras interestatais, e da enorme disponibilidade em capital para investir no mundo da criação artística, do espectáculo, do divertimento, da organização desportista, do turismo.

Na sua óptica, e utilizando as armas que são as suas, a burguesia, o grande capital, os monopólios, as multinacionais, souberam compreender a importância do lazer dos trabalhadores e empenham-se a fundo na sua posse e orientação.

Cabe aos trabalhadores e às suas organizações de classe encontrar

a resposta adequada e abrir, no campo da cultura e do desporto, a frente de combate que a defesa dos seus interesses e necessidades exige.

As actividades de lazer dos trabalhadores no Portugal de Abril

É verdade que também às actividades de lazer dos trabalhadores a revolução de Abril, no seu período dinâmico de 74/75, rasgou perspectivas novas e abriu portas para horizontes de esperança. Muito de positivo ficou, que a Constituição consagra (o direito dos trabalhadores ao repouso e aos tempos livres, a cultura e ao desporto) e constitui alavanca para as transformações que igualmente neste caso, as classes trabalhadoras não se levar a cabo no nosso país. Mas é forçoso reconhecer que a política de recuperação obscurantista iniciada em 1976 criou uma situação preocupante, acelerou uma invo-



lução séria em diversos sectores da vida cultural e desportiva alienando deles a participação e a capacidade criadora das massas trabalhadoras e das populações, provocou um retrocesso na apropriação pelos trabalhadores, do controlo e organização das suas actividades de lazer.

Disto, o exemplo mais flagrante é o esvaziamento do conteúdo progressista que a transformação da ex-FNAT pressupunha, o desvio progressivo do INatel das metas que lhe foram inicialmente designadas e os processos utilizados para dele afastar os legítimos representantes do Movimento Sindical Unitário na Comissão Administrativa e os colaboradores e funcionários da confiança dos trabalhadores.

Mas também a recusa ou relutância de muitos departamentos oficiais em apoiar ou colaborar nas iniciativas culturais e desportivas do Movimento Sindical; as dificuldades inúmeras vezes postas por esses departamentos no diálogo com as organizações sindicais representativas dos trabalhadores da cultura e o estímulo a actividades divisionistas no sector; a não participação dos trabalhadores e das suas organizações de classe na definição das políticas culturais e desportivas do país (neste último caso, por exemplo, os trabalhadores não têm assento no Conselho Superior de Educação Física e Desporto e no Comité Olímpico Português); tudo são indicadores do quadro muito negativo em que o Movimento Sindical Unitá-

rio age para tornar realidade as disposições constitucionais e assegurar a todos os trabalhadores o acesso à cultura e o desporto como forma de ocupação dos seus tempos livres, em condições que respondam aos seus interesses de classe e ao ideário da revolução de Abril. Todo este enquadramento dos tempos livres dos trabalhadores na problemática sociopolítica internacional e nacional, foi amplamente discutido no decorrer do Seminário.

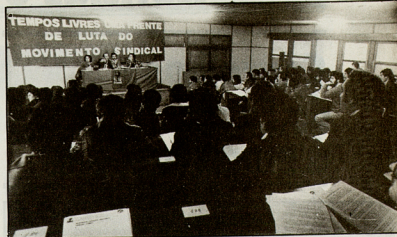
Findos que foram os trabalhos importa divulgar algumas das significativas conclusões chegadas pelos delegados, e que certamente irão enriquecer os resultados saídos, a este nível, do Congresso da CGTP-**IN**.

Alguns conclusões

Os delegados apontaram como objectivos e perspectivas de acção do Movimento Sindical relativamente aos tempos livres:

— Promover a prática de actividades de lazer dos trabalhadores que visem assegurar o seu bem-estar elevar a sua formação e reforçar a sua consciencia de classe no campo da cultura, do desporto, do turismo social.

— A programação conjunta e devidamente articulada de actividades desportivas, culturais e de turismo, de maneira a cobrir todo o país em âmbito nacional e regional, distrital, local e de empresa, cabendo a respectiva inicia-



tiva à CGTP-**IN**, às Federações, às Uniãoes Distritais e Locais, aos Sindicatos e aos Clubes de Empresas.

— Dinamizar, através da promoção conjunta de iniciativas de natureza cultural, desportiva e recreativa, a nível local ou zonal, a colaboração com as organizações populares de base, as colectividades e as autarquias.

— Organizar e programar uma acção permanente de formação de quadros, com a dupla finalidade de capacitar os dirigentes sindicais para uma integração adequada das iniciativas culturais e desportivas nos objectivos e prática da actividade sindical, e de preparar quadros técnicos para o necessário enquadramento das tarefas de apoio e dinamização das actividades de lazer nas empresas e sindicatos, não descuidando o aproveitamento útil dos quadros já existentes.

— Promover, mediante a utilização e vitalização de todos os meios de comunicação ao seu dispor e a exigência do espaço e do tempo de antena legalmente previstos, uma ampla e correcta informação sobre a problemática dos tempos livres, visando esclarecer tanto os quadros sindicais como a massa dos trabalhadores (e atingindo os próprios agentes da informação — os jornalistas) sobre a importância dos seus tempos livres e a necessidade de os controlar e colocar ob-

jectivamente ao seu serviço.

— Exigir, do Estado e do sector privado da economia, o custeio de parte das despesas necessárias ao desenvolvimento das actividades de lazer dos trabalhadores, sob as diversas formas que aquele pode assumir e sem quebra do princípio da independência e autonomia do Movimento Sindical.

— Exigir a participação do Movimento Sindical na definição das políticas culturais e desportivas do país, quer emitindo parecer sobre elas, quer tendo assento nas entidades responsáveis pela respectiva elaboração.

— Manter a exigência da gestão integral do INATEL pelo Movimento Sindical.

As decisões do 3.º Congresso da CGTP-IN**, tomadas a partir da análise do trabalho que tem vindo já a ser efectuado no seio do Movimento Sindical e dos resultados e conclusões do Seminário contribuíram sem dúvida, de forma decisiva, para a afirmação da inequívoca importância das actividades de lazer dos trabalhadores, para a exigência do seu controlo pelas suas organizações de classe, e para a criação das condições necessárias à imediata aplicação prática e subsequente desenvolvimento da política de tempos livres mais adequada aos interesses e aspirações das massas trabalhadoras.**

Notícias e comentários

Carvalhos da Facar à moda fascista



O Sindicato dos Metalúrgicos do Distrito do Porto publicou um Manifesto dirigido à população de Matosinhos e a todos os trabalhadores, no qual denuncia as arbitrariedades que no Portugal democrático de hoje ainda se praticam impunemente, como no caso da FACAR. Nesta empresa, os srs. comandadores Carvalhos, com o reforço dos seus capangas e «homens de mão», têm-se oposto às decisões dos órgãos de soberania, às leis e às regras de conduta democrática com que presentemente se rege o nosso País de Abril. E, assim, no seu feudo de Leça da Palmeira, nas instalações da FACAR, destroem as convocatórias para assembleias dos traba-

lhadores afixadas pela Comissão de Trabalhadores, desrespeitando o que a própria Lei determina. Porque esses «célebres» comandadores Carvalhos não autorizam que a convocatória para as votações, nem mesmo estas, se façam dentro das instalações da FACAR.

Para evitar o confronto e as provocações em que a gerência da FACAR estava apostada, a Comissão Eleitoral procedeu à votação na rua, em frente às instalações dessa empresa. Pois nem mesmo isso agradou a esses déspotas capitalistas, que ordenaram aos seus capangas que destruíssem as urnas e agredissem os trabalhadores que se encontravam junto das mesmas. Isto sucedeu nas duas vezes em que foi tentada realizar-se a votação.

Usando métodos pídescos, com ameaças de morte, inclusive, dos caceteiros às ordens dos patrões Carvalhos, estes susponderam os membros da Comissão Eleitoral e outros trabalhadores que protestaram contra tamanhas violências e injustiças.

Desta forma, os trabalhadores da FACAR e com eles todos os outros trabalhadores, esperam que o Ministério do Trabalho e os outros órgãos e entidades oficiais encarregadas de fazer cumprir as leis democráticas deste País, assumam urgente e inteiramente as suas obrigações de obrigarem os patrões da FACAR a respeitarem as leis do País, no que aos trabalhadores diz respeito.

Reunião dos conserveiros

Representantes dos Sindicatos dos Trabalhadores da Indústria de Conservas do País, reuniram-se em Lisboa, no dia 1 de Janeiro, para analisarem a situação do sector conserveiro, com especial relevância para as empresas com salários de pessoal em atraso.

Apontou-se, também, nessa reunião, o exemplo de uma empresa conserveira que estava condenada a desaparecer, por sabotagem da entidade patronal e na qual, em menos de dois anos (1976/1977) os trabalhadores em autogestão conseguiram não apenas salvá-la da ruína económica e financeira como alcançar uma recuperação sensacional, triplicando o volume da sua produção por meio de novos processos tecnológicos por eles implantados em Portugal. Essa empresa é a Júdice Fialho, com sede em Portimão, empresa centenária, que não tem merecido das autoridades governamentais todo o apoio indispensável para a desejada expansão industrial e financeira. Isto, não obstante os trabalhadores, através dos seus órgãos representativos de gestão, terem feito numerosas propostas para assegurar uma política de pescas de forma a que o abastecimento de peixe para a indústria pudesse ser feito de maneira a não perturbar a sua produção.

Os trabalhadores protestam contra o desinteresse dos governantes neste sector laboral, denunciando a política escandalosa que os sucessivos governos contencionais têm vindo a seguir, devolvendo as empresas ao patronato explorador e sabotador. E apelam a todos os trabalhadores conserveiros para que se unam na defesa dos seus postos de trabalho e exijam dos órgãos governamentais respectivos o cumprimento das obrigações que têm, especialmente para com a empresa Júdice Fialho.

SOLIDARIEDADE COM AS VITIMAS DOS AÇORES

O sismo que destruiu parte de várias vilas, aldeias e cidades açorianas, motivou uma onda de solidariedade nacional e internacional. Primeiro, devemos realçar a solidariedade das populações do continente através das mais variadas formas e organismos, entre os quais os do Movimento Sindical Unitário, que tem marcado uma forte posição.

(Não falemos na solidariedade americana. Esta, que foi pronta e relativamente eficaz, é o povo português que, ao fim e ao cabo, tem de pagá-la, como a AID, agência ame-

ricana ligada à CIA, acaba de anunciar e exigir!)

Por ser muito extenso o número de Sindicatos portugueses que, através da CGTP-IN manifestaram a sua solidariedade, não podemos, por falta de espaço, mencioná-los aqui, do que pedimos desculpa.

Num plenário de Sindicatos efectuado em Lisboa, em 4 de Janeiro passado, as direcções dos mesmos preconizaram, entre outras iniciativas: - Dinamizar junto dos seus associados no Continente e da Madeira, uma grande Campanha de recolha de fundos. E contribuírem

para essa Campanha com verbas a aprovar, em reunião de direcção.

O plenário da Comissão Coordenadora do Movimento Sindical Unitário, em Angra do Heroísmo, decidiu tomar diversas iniciativas práticas de solidariedade para com a popu-

lação sinistrada açoriana.

Também o MURPI (Movimento Unitário dos Reformados, Pensionistas e Idosos) expressou publicamente a sua solidariedade com as vítimas do sismo que tanta morte e destruição causou nos Açores.

HÁ 46 ANOS... Uma data na luta sindical

Comemorou-se, em 18 de Janeiro passado, em liberdade, mais um aniversário da greve geral contra a fascização dos sindicatos de trabalhadores decretada por Salazar, ditador de má memória.

Embora houvesse ramificações dessa greve por numerosas localidades do País, foi na Marinha Grande, vila vitreira, de grandes tradições revolucionárias, que o 18 de Janeiro teve o seu ponto culminante.

Essa vila foi ocupada durante horas, pelos antifascistas e sindicalistas, desalojados dela depois da intervenção armada das forças de repressão ao serviço do governo ditatorial de então.

Este ano, também houve as tradicionais comemorações, às quais, como vem sucedendo depois de 1974, a Intersindical se associou. Em representação da CGTP-Intersindical Nacional, esteve um dos membros do respectivo Secretariado, Ernesto Cartaxo, que a certo ponto da sua intervenção afirmou:

«A 46 anos de distância, a lição do 18 de Janeiro não só não perdeu o significado, antes configura uma situação que exige de todos nós, trabalhadores, um sério esforço de reflexão e análise cada vez mais justificado, em face do presente momento político que o nosso País atravessa. (...) Apesar dos inegáveis perigos resultantes das alterações políticas verificadas com as últimas eleições, o Movimento Sindical Unitário, reunido em torno da CGTP-IN, mantém e desenvolve as grandes potencialidades que fazem dele um poderoso instrumento da luta de massas na defesa dos interesses dos trabalhadores (...). A capacidade de luta e a consciência de classe dos trabalhadores portugueses são a melhor garantia para mantermos bem alta a nossa determinação e a nossa confiança de que os saudosistas do passado serão mais uma vez derrotados e o Portugal de Abril prosseguirá vitoriosamente.»

Inseriros em Lisboa



CEE

Horizontes sombrios

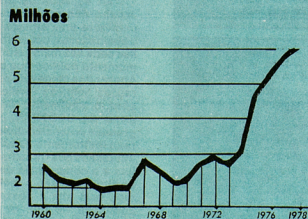


«Existe uma diferença considerável entre a situação económica actual e a economia «cômuda», de altos ritmos de desenvolvimento, a que nos tínhamos habituado nas décadas anteriores» — afirmou o presidente da Comissão das Comunidades Europeias (CEE), Roy Jenkins numa das reuniões desta organização, em Julho de 1978. «A situação económica mundial modificou-se significativamente e a Comunidade Europeia, que vive do comércio internacional, mais que qualquer outro grande organismo económico, foi especialmente atingida por isso. Todas as nossas possibilidades económicas tradicionais têm de ser revistas».

Na verdade, se na década de cinquenta os ritmos anuais de crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB) dos nove países da CEE constituíam (em preços fixos) 5 por cento e, na década seguinte, 4,6 por cento, no período compreendido entre 1970 e 1978, baixaram para 2,8 por cento. Segundo os especialistas, o ano de 1979 registou uma certa diminuição dos ritmos de desenvolvimento económico dos «Nove» em relação a 1978.

Os baixos ritmos de crescimento económico nos países da Comunidade não permitem a resolução de um dos problemas mais agudos: a absorção do enorme contingente de desempregados, que aumentou bruscamente durante a crise de 1974-1975 e que, desde então aumenta constantemente, sobre-

Número médio anual de desempregados registado nos países da CEE



Paris — contra o desemprego e o custo de vida

tudo devido à diminuição da ocupação na agricultura, construção civil e numa série de ramos da indústria ligeira (têxtil, pronto-a-vestir, papel) e pesada metalurgia, (metalomecânica, electrotécnica), para atingir, em 1978, os 6 milhões.

Só de 1973 a 1976, o número de operários agrícolas dos «Nove» diminuiu em 751 mil pessoas e, na indústria, em 1997 mil. Actualmente, os desempregados constituem, em média, cerca de 5,5 por cento da população activa da Comunidade. Na Irlanda, em três provincias da Bélgica e em várias regiões de outros países da CEE o desemprego atingiu em 1978 os 10 por cento, atingindo já os 20 por cento no sul da Itália.

SECTORES MAIS AFECTADOS

Entre a juventude, o problema do desemprego agrava-se ainda mais. Em 1969, estavam sem trabalho cerca de 400 mil jovens até aos 25 anos e, até 1977, o seu número

O
eleva
O
entre
rou
méd
Com
idad
anos
O
ses
aind
mog
próx
aum
lhõe
em c
enqu
refor
de c
pess
los c
pula
deve
em 4
e de
mais
soas
Se
grup
de n
cont
obra
rios
vez,
men
que,
sária
da C
milh
de t
que,
80,
ção
ciais
dizai
O DI
De
listas
para
tinge
dos,
zar
men
de p
cent
cos
próx
brios
auto
quê
nôm
tária
mun

O dilema - desemprego ou inflação

elevou-se para 2 milhões. O desemprego juvenil entre os 20 e 25 anos superou duas vezes o nível médio do desemprego na Comunidade e, entre as idades inferiores a 20 anos, três vezes.

O desemprego nos países da CEE agrava-se ainda pela situação demográfica que prevê, nos próximos dez anos, um aumento médio de 4 milhões de jovens, por ano, em condições de trabalho, enquanto que o número de reformados será apenas de cerca de 2,5 milhões de pessoas por ano. Os cálculos demonstram que a população activa dos «Nove» deve subir de 1975 a 1980 em 4,5 milhões de pessoas e de 1980 a 1985 — em mais de 5 milhões de pessoas*.

Se considerarmos que grupos cada vez maiores de mulheres aumentam o contingente da mão-de-obra e o número de operários emigrados, por sua vez, não diminui sensivelmente, torna-se evidente que, até 1985, será necessária a criação, nos países da CEE de, pelo menos 10 milhões de novos postos de trabalho. Isto significa que, no princípio dos anos 80, o problema da ocupação e outras questões sociais a ele ligadas se agudizarão ainda mais.

O DILEMA

De acordo com especialistas da Comunidade, para poder diminuir o contingente de desempregados, é necessário estabelecer os ritmos de crescimento do PNB a um nível de pelo menos 4,5 por cento. Mas os prognósticos em relação ao futuro próximo continuam sombrios e, segundo opiniões autorizadas, as consequências da quebra económica e das crises monetária e energética do mundo capitalista não

serão ultrapassadas antes de 1988. Entretanto, a própria Comissão das Comunidades Europeias alerta para um possível aumento de 7,5/8 por cento do nível do desemprego até 1983 e, em algumas regiões, de 15 por cento do total da população activa.

Mesmo que a Comunidade tivesse a possibilidade real de aumentar consideravelmente os seus ritmos de crescimento económico, teria que considerar também o aumento dos ritmos de in-

flação, que seguem, normalmente, os dos ritmos de crescimento económico. Além disso, o crescimento anual dos preços dos artigos de consumo corrente, em que se reflecte a inflação, já se conserva a um nível alto e perigoso.

Em 1974, constituía, em média dos nove países, 12,7 por cento, em 1975, 12,6, em 1976, 10,3, em 1977, 9,1 e em 1978, 7,4 por cento.

Cada um dos governos dos «Nove» tem por isso de manobrar constantemente

entre duas tarefas primordiais: a diminuição do nível de desemprego e o enfraquecimento das tendências inflacionistas. Porém, a situação real é bastante mais complexa, pois o dilema «desemprego ou inflação» é agravado por uma série de outros factores, nomeadamente, o problema energético, em especial o petróleo, cujo alto preço favorece os processos inflacionários nos países dos «Nove».

* «Eurom», June 20, 1978, Annex 1, p. 1.



Londres - desempregados sonham numa bicha por emprego

O III CONGRESSO EM MARCHA

Sindicatos não filiados

«Na batalha da unidade, o alargamento da força e da influência da CGTP-IN demonstra a justeza no prosseguimento do esforço unitário. Há condições objectivas e subjectivas, para manter no essencial a unidade orgânica do Movimento Sindical e procurar, a todos os níveis, da sua estrutura a convergência de opiniões diversificadas com vista à defesa dos interesses dos trabalhadores» — lê-se num dos articulados do projecto de Teses a apresentar ao III Congresso.

Estamos a alguns dias da realização do III Congresso da CGTP-IN. Por todo o país as organizações sindicais, os trabalhadores, prepararam-se para com o seu empenhamento posto nos trabalhos preparatórios, darem a esta realização toda a real dimensão que ela já tem; tornar-se numa grande jornada de organização, e unidade na luta.

Unidade e organização na preparação do III Congresso são tema para duas perguntas que ALAVANCA fez ao Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública-Zona Norte; Sindicato dos Professores da Zona da Grande Lisboa; Sindicato dos Pescadores do Algarve, todos eles sindicatos que não estão filiados na CGTP-IN mas que vão participar nos trabalhos do Congresso.

1

Como interpreta a unidade do Movimento Sindical?

2

Como se tem desenvolvido a preparação do III Congresso da CGTP-IN aberto a todos os Sindicatos?

S.P.A.

R 1 — A Unidade, para nós, Pescadores, é a capacidade de não nos deixarmos dividir. Assim, quando falamos da Unidade e da sua necessidade, fazêmo-lo com o conhecimento de quem teve de lutar com ardor para a conseguir, daí poderemos afirmar que temos uma aprendizagem segura dos benefícios da Unidade e de como é prejudicial a divisão. Sendo o nosso Sindicato um produto legítimo do 25 de Abril, cedo os grandes tubarões das pescas jogaram forte na divisão, apoiados por certos «campeões da liberdade» que, surdos a certas palavras, (por tanto a cantarem) a põem cada vez mais em perigo.

Por isso, a breve trecho no Algarve, vimo-nos confrontados com a realidade,

muito triste, de termos várias delegações funcionando, na prática, como se de sindicatos paralelos se tratasse.



Finalmente, embalados pelo canto da sereia, provocaram eleições apresentando uma lista em nome da UGT com as «mãozinhas» e tudo. O resultado foi uma derrota escandalosa pois tal lista teve 91 votos contra 739 da nossa, Unitária de Esquerda. De imediato nos lançámos na edificação da Unidade. Nós fazemos parte do exército de explorados deste País e temos consciência de que estes, para vencerem, têm de estar unidos. A Unidade, por isso, é muito importante e a prática vai-nos demonstrando que, não fora essa Unidade não teríamos, neste momento, um MSU tão forte.

R 2 — Apesar de ainda não estar filiado na CGTP-IN, foi o primeiro sindicato do ALgarve a inscrever-se para o III Congresso.

— Fazemos parte da CDD

mantendo uma presença actante no selo da mesma. Porém, para nós, a preparação do Congresso começou em Junho passado com a realização, em Portimão, do Encontro dos Pescadores do Sul e Ilhas, com a ajuda da CGTP-IN. Deste Encontro decorreu a certeza de que os Trabalhadores das Pescas não estão isolados dos restantes Trabalhadores portugueses nem os seus sindicatos isolados do MSU.

Podemos dizer, porém, que os Pescadores apoiaram o Congresso pois dali irão sair medidas que vão ao encontro dos seus interesses, à unidade e organização dos trabalhadores, à defesa do 25 de Abril e aos ataques que a direita, agora no poder, por certo lhe vai mover.

epõem

S.P.G.L.

R. Para o SPGL a unidade do movimento sindical fundamenta-se na sua vinculação aos interesses dos trabalhadores, na sua prática democrática, independente e de luta.

Os professores, como os restantes trabalhadores da Função Pública, foram submetidos pelo fascismo a estreitas limitações corporativas, foram privados da liberdade de associação sindical, foram, na sua qualidade de trabalhadores intelectuais isolados dos trabalhadores manuais.

Hoje, os professores dispõem já de organizações de classe profissional, criadas por sua própria vontade. O SPGL honra-se de representar a componente mais activa e influente do movimento sindical docente e de, na luta em defesa dos interesses dos professores, contribuir para que a herança de divisão e isolamento vinda do fascismo seja substituída pela consciência firme da solidariedade e da unidade activa dos trabalhadores.

P. Como se tem desenvolvido a preparação do III Congresso a nível do vosso Sindicato?

R. A preparação de II Congresso iniciou-se com a divulgação dos documentos base em Assembleia Geral de Delegados Sindicais.

A participação do SPGL no Congresso desenvolver-se-á de acordo com os objectivos definidos no Plano de Acção do Sindicato para 1979-80: levar, à maior reunião dos trabalhadores portugueses, os problemas da Educação e do Ensino, como grandes questões nacionais e populares e simultaneamente, promover o debate sério e amplo dos documentos base.

A participação específica do Sindicato traduzi-se-á na apresentação de um ponto sobre Ensino a integrar no capítulo 4 do Programa de Acção (em cujo projecto não existe qualquer referência a essa questão fundamental), e de uma «Declaração sobre a situação do Ensino», a apresentar ao Congresso.



F.P.N.

R.1 - A Unidade do Movimento Sindical e consequentemente de todos os trabalhadores, passa pela capacidade que as suas organizações, nomeadamente os Sindicatos, tiveram para aprofundar o diálogo já existente, desenvolverem a consciência das diversas camadas laboriosas para a importância de que se reveste a defesa das principais conquistas do 25 de Abril, da Constituição, do regime democrático, bem como pelas respostas que dá na resolução dos principais problemas dos trabalhadores portugueses.

Para nós, Trabalhadores da Função Pública, a unidade faz-se no seio da esmagadora maioria dos trabalhadores. Faz-se no contributo que todos os sectores dão, desde operários e rurais a técnicos, administrativos, intelectuais, etc., para a resolução dos problemas que mais nos afligem.

Faz-se na luta que se trava contra aqueles que, como os divisionistas, procuram fazer do Movimento Sindical um instrumento dócil nas mãos do grande patronato ou dos seus governos. Nós não devemos esquecer que as grandes preocupações que nos

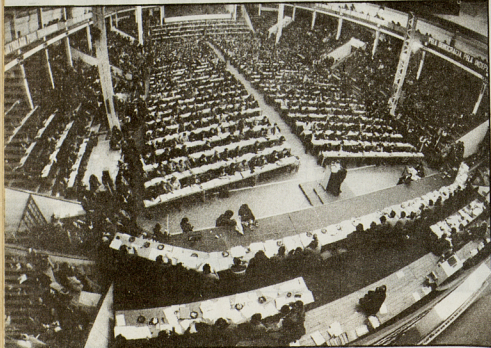
afligem dizem respeito a todos, e só encontrando uma linha de acção unitária se consegue fazer valer as nossas justas reivindicações e fazer ouvir a nossa voz. Para que tal suceda é necessário o empenho activo e militante dos trabalhadores mais conscientes, um constante aperfeiçoamento dos órgãos sindicais, de modo a permitir uma elevada participação dos trabalhadores na vida dos seus sindicatos. É necessário também alargar cada vez mais o entendimento de que defender os princípios constitucionais é defender a liberdade de Associação Sindical, é podermos continuar regularmente a negociar as nossas condições de vida e de trabalho e de sermos ouvidos em tudo o que nos diga respeito. É necessário ainda estar atento a qualquer nova «lei gonzalva» que atente contra a efectiva liberdade de organização sindical, contra a vontade da maioria dos trabalhadores. Para nós Trabalhadores da Função Pública estas questões são muito importantes já que certas forças políticas e certos governos nos têm procurado limitar o exercício dos nossos

direitos sindicais, que não se encontram definitivamente consagrados na lei. Com estas tentativas procuram colocar-nos sob a alçada e os desígnios de um qualquer governo, de modo a sermos dóceis instrumentos das suas pretensões contrárias às nossas legítimas aspirações. R.2 - Pelo que já dissemos é junto de todos os trabalhadores, é em unidade que encontramos a linha de acção correcta com vista à melhoria das condições de vida e de trabalho de todos nós. Por isso nós estamos a divulgar as teses do Congresso pelos trabalhadores e a incentivar a sua discussão nos locais de trabalho.

Estamos certos que apesar de não sermos filiados na CGTP-IN, mas uma vez que o Congresso é, a todos os níveis, aberto a todos os Sindicatos, não deixarão os Trabalhadores da Função Pública, de dar as suas sugestões, para que o seu contributo ajude a que esta importante iniciativa se salde em mais uma vitória da unidade, do movimento sindical unitário, dos trabalhadores e que se alcancem os objectivos pretendidos.

O III CONGRESSO EM MARCHA

Reuniões por todo o país



De todo o País converge-se para o III Congresso

ESTAMOS já a escassos dias da materialização de um trabalho profundo e abnegado do movimento sindical unitário — a realização do III Congresso da CGTP-IN (aberto a todos os sindicatos). Efectivamente o que se vai passar nos dias 6, 7, 8 e 9 de Março próximo é a sistematização do complexo trabalho de preparação do Congresso, traduzido em milhares de reuniões de trabalhadores por todo o país, de milhões de folhas imprimidas com os anteprojectos das Teses, propaganda, informação, etc.

Nos dias 6, 7, 8 e 9 de Março Lisboa será mais uma vez palco e os trabalhadores as testemunhas, de uma acção sindical à altura das melhores tradições do movimento sindical português com a sua vasta experiência, a democraticidade dos seus processos de trabalho, a justiça da sua luta na defesa dos interesses de classe dos trabalhadores.

Áinda que seja impossível falar de todas as acções até agora levadas a efeito no âmbito da preparação do Congresso, não podemos deixar passar este número da ALAVANCA sem nos referirmos a algumas delas.

FORTO

A 16 de Janeiro último no Sindicato dos Ferroviários, no Porto, realizou-se um

encontro de dirigentes sindicais do distrito do Porto no quadro da discussão e dinamização do III Congresso da CGTP-IN, aberto a todos os sindicatos.

Na referida reunião, que contou com a presença de 150 dirigentes sindicais, começou por referir-se a importância e o significado do III Congresso, que foi considerado como um importante marco histórico do Movimento Sindical Unitário, na sua firme e decisiva acção pela defesa das aspirações fundamentais dos trabalhadores.

Num dos documentos aprovados no final do Encontro, os dirigentes sindicais consideraram que «a realização deste congresso está intimamente ligada com a actividade permanentemente desenvolvida pela CGTP-IN na procura de soluções que permitirão, pelas mais diversas formas, criar melhores condições de vida a que têm direito os trabalhadores, sempre na perspectiva destes elevarem a sua consciência de classe e a sua organização e, assim, terem nas mãos as alavancas necessárias para a transformação da sociedade e das relações de produção e assegurar, desse modo, o exercício efectivo do poder democrático pelas classes trabalhadoras».

Mais à frente no documento os dirigentes sindicais enunciam os objectivos fundamentais a atingir com a realização do congresso (o fortalecimento da CGTP-IN...; o desenvolvimento da capacidade

reivindicativa dos trabalhadores, o reforço da unidade e da organização...; a consolidação do regime democrático...; a defesa da Constituição e das conquistas alcançadas com o 25 de Abril) concluindo que a concretização destes objectivos, quanto é certo que «as alterações de natureza política agora verificadas e consubstanciadas na existência de uma maioria de direita na Assembleia da República e a constituição de um Governo por ela apoiado, criaram condições propícias para serem desferidos ataques frontais aos direitos dos trabalhadores, às suas conquistas e ao regime aberto com o 25 de Abril».

Como factores essenciais para que o congresso redunde em mais um grande êxito do Movimento Sindical Unitário, os dirigentes sindicais reunidos nesse Encontro consideraram «a profunda discussão das teses, o enriquecimento dos documentos, o debate aberto sobre os objectivos, a participação massiva dos trabalhadores na preparação do congresso...».

No final os dirigentes sindicais do distrito do Porto saudaram calorosamente a realização do III Congresso da CGTP-IN e manifestaram a sua disposição de continuar a levar por diante todas as tarefas ligadas à sua preparação.

SETÚBAL

PROMOVIDO pela União dos Sindicatos do Distrito de Setúbal, realizou-se no dia 5 de Janeiro um Encontro distrital, onde participaram 60 dirigentes sindicais representativos de cerca de 110 mil trabalhadores sindicalizados no distrito.

Este Encontro, mais um, realizado no âmbito da preparação do III Congresso, considerou como aspectos fundamentais: 1 — a concretização das resoluções aprovadas quer pela Conferência Nacional de Organização Sindical, quer por outras importantes iniciativas levadas a cabo pelo Movimento Sindical Unitário, através nomeadamente do reforço da rede de delegados sindicais e da constituição das comissões intersindicais de empresa, 2 — a realização de reuniões específicas para tratar de assuntos relacionados com a juventude, mulheres, quadros técnicos, etc.

Por último o Encontro reafirmou a determinação do Movimento Sindical do Distrito de Setúbal de prosseguir no caminho da defesa intransigente dos interesses dos trabalhadores e do 25 de Abril, contra os projectos e ambições das forças de direita e reaccionárias hoje instaladas no Governo.

A defesa e o reforço da unidade dos trabalhadores e o combate à acção dos divisionistas no campo sindical ocupou também parte importante do Encontro.

BR.

Ações populistas governamentais, trabalho feio e constante da sua condição, que os primeiros aprovados do distrito realizaram. Este é o resultado de um primeiro congresso do III Congresso do governo português, que os outros dirigentes de Br. reformaram, tornando tal pa... «Interferiu o trabalho formado da de... — Intersocialmente melhor... lho».

A final do distrito de dirigentes sindicais dinamizaram o trabalho do Congresso, exortando a realizar que se todas as actividades lectivas e sindicais pudessem...

LIS.

Congresso passou a ser controlado. Da saída que se o balço de trabalho aplicado...

R.

R.

BRAGA

APESAR de termos actuado em condições difíceis resultantes da política anti-popular e de direita levada a cabo pelos governos anteriores, o balanço da luta dos trabalhadores do nosso distrito para a defesa das suas conquistas e direitos é bastante positiva e uma demonstração clara da sua disposição em defender as suas condições criadas na sociedade portuguesa com o 25 de Abril — com esta primeira conclusão se inicia a resolução aprovada pelos dirigentes sindicais do distrito de Braga, num Encontro distrital realizado no passado dia 14 de Janeiro. Este Encontro teve também como objectivo analisar e discutir as teses do III Congresso da CGTP-IN.

Depois de chamarem a atenção para a conjuntura política em que se vai realizar o III Congresso, com a existência de um governo de direita representante dos inimigos da classe dos trabalhadores (o grande patronato da CIP, CAP, CCP e outros), os dirigentes sindicais do distrito de Braga sublinharam a necessidade do reforço da unidade dos trabalhadores em torno da CGTP-IN como factor fundamental para a obtenção de dois objectivos: 1 — Intensificar o trabalho conducente ao reforço da organização e unidade dos trabalhadores e seus organismos de classe de forma a combater eficazmente os inimigos da democracia e das conquistas de Abril; 2

— Intensificar a luta por melhores regalias sociais, aumento do poder de compra e melhores condições de vida e de trabalho.

A concluir, no documento emitido no final do Encontro, os dirigentes sindicais do distrito de Braga apelam a todos os dirigentes, delegados e outros activistas sindicais para a sua responsabilização na dinamização e mobilização de todos os trabalhadores para a realização do III Congresso da CGTP-IN, assim como, exortam os trabalhadores do distrito ao seu empenhamento e participação nas realizações que se efectuam no distrito que se prendem com o congresso e de todas as decorrentes da contratação colectiva, da verticalização e reestruturação sindical, da defesa das conquistas alcançadas com o 25 de Abril.

LISBOA

COM o mesmo espírito, reuniram-se no passado dia 11 de Janeiro os dirigentes sindicais metalúrgicos e mineiros em Encontro Nacional.

Das conclusões deste Encontro ressalta em primeiro lugar a constatação de que embora — em condições difíceis —, o balanço da luta dos trabalhadores para a defesa das suas conquistas e direitos e o trabalho desenvolvido no sector para a aplicação das decisões da Conferência

Nacional de Organização Sindical e das tarefas emergentes da aplicação do programa de acção saído do congresso do nosso sector, é altamente positivo.

Tomando posição relativamente à política do actual Governo para com o sector nacionalizado, os trabalhadores metalúrgicos e mineiros afirmaram que esta — tarará de dificultar o desenvolvimento e a consolidação do sector público e intervencionado da economia nacional para o destruir; escancarará as portas ao imperialismo facultando-lhe meios de intervenção nos sectores determinantes da economia e alinhando pelas suas posições internacionais; cerceará direitos e liberdades para melhor impor a sua política; atacará a Reforma Agrária estrangulando o crédito às UCP's e Cooperativas, devolvendo terras aos agrários absentistas e sabotadores, tentará desintervencionar e devolver empresas a antigos patrões saboteadores, tentando enfim repor no país o 24 de Abril.

Outro dos aspectos da luta dos inimigos dos trabalhadores contra o Movimento Sindical Unitário especialmente sublinhado nas conclusões do Encontro, diz respeito à acção do divisionismo. Os dirigentes metalúrgicos e mineiros consideraram que as forças sociais e políticas do grande patronato reacçãoário, que a nível interno, — também actuam como apêndices aliados do imperialismo, contarão, nas suas investidas contra as nossas conquistas, com a prestimosa ajuda dos divi-

sionistas da UGT e demais locais amarelos...».

No que se refere à preparação do III Congresso, os dirigentes sindicais metalúrgicos e mineiros, reunidos em Encontro Nacional, decidiram — dinamizar, mobilizar e organizar os trabalhadores para a realização do III Congresso da CGTP-IN (aberto a todos os sindicatos) exortando-os ao seu empenhamento nas tarefas do sector que com o congresso se prendem...».

Estes foram alguns exemplos do trabalho de preparação do III Congresso da CGTP-IN que há muito se desenvolve por todo o país. De Norte a Sul milhares de trabalhadores dedicam-se intensamente à discussão de todos os documentos distribuídos, contribuindo assim para o alcançar dos objectivos traçados para o III Congresso:

- o fortalecimento da CGTP-IN
- o desenvolvimento da capacidade reivindicativa dos trabalhadores
- a consolidação do regime democrático e a defesa da Constituição
- a promoção do desenvolvimento económico ao serviço das camadas populares e do país, contra todas as tentativas de reposição do poder dos monopólios e dos latifúndios que foram a base de sustentação do regime fascista.

O III CONGRESSO DA CGTP-IN ESTÁ (IMPARÁVEL) EM MARCHA



Reunião Nacional de Informação e Propaganda. Preparação do Congresso.

Reunião Nacional de Metalúrgicos. Preparação do Congresso.



INÁCIA LOPES, responsável na CGTP-IN pela organização das Mulheres Trabalhadoras

O III Congresso e as mulheres

No projecto de teses, em discussão, para o III Congresso da CGTP-IN, aberto a todos os sindicatos, lê-se, quanto à zona específica de Organização das Mulheres, que «(...) não basta o reconhecimento constitucional e legal do direito à igualdade — económica, social, política —, sendo necessário fazê-lo corresponder na prática».

Estando na ordem do dia actividades diversas, também nesta frente, com vista à preparação do Congresso, ALAVANCA entrevistou uma das responsáveis pela organização específica das Mulheres Trabalhadoras da CGTP-IN, Inácia Lopes, que se pronuncia aqui acerca do trabalho em curso e das acções que a Intersindical Nacional aponta como formas de avançar, praticamente, na construção da referida igualdade.

A — Como se desenvolve o trabalho preparatório para o III Congresso, na frente específica das Mulheres Trabalhadoras?

IL — Esse trabalho aponta principalmente em duas direcções:

— discussão ao nível das estruturas do Movimento

Sindical Unitário, através das Uniãos, Federações e Sindicatos, tendo em atenção os problemas específicos das mulheres trabalhadoras e os seus problemas gerais, na base das reivindicações definidas na Conferência Sindical e das conclusões da 4.ª Conferência Mundial, ambas

sobre os problemas da mulher trabalhadora, que constituem, num e noutro caso, importante levantamento dos problemas que afectam a mulher trabalhadora;

— discussão e aprofundamento das formas de organização das mulheres trabalhadoras na estrutura do MSU, tendo em vista acções que levem ao reforço da luta dos trabalhadores e solução dos seus problemas concretos, no âmbito dos distritos como no das empresas.

As Uniãos, Federações e Sindicatos, deverão desenvolver esse trabalho de acordo com as condições existentes, promovendo reuniões de dirigentes e delegados sindicais e plenários de trabalhadores, onde sejam abordados os problemas e reivindicações das mulheres e, por outro lado as suas formas organizativas; ao mesmo tempo, o MSU e a

sua imprensa deverão divulgar estas questões.

Onde há condições para isso, promovem-se reuniões de mulheres (delegadas, dirigentes e activistas sindicais), cujas ordens de trabalhos abordem exclusivamente os problemas das mulheres trabalhadoras; onde e quando a estrutura não está formalizada em Comissões específicas, deverão ser dados passos no sentido de concretizá-la.

O trabalho preparatório deverá ultrapassar a discussão e avançar na concretização das formas organizativas.

A — Quando te referes aos problemas específicos das mulheres trabalhadoras, tocas numa zona para a qual a opinião ainda nem sempre está suficientemente sensibilizada; podes precisar?

IL — Deve encarar-se a organização específica das mulheres trabalhadoras como necessidade de dar um salto qualitativo, num longo processo histórico de exploração e discriminação das mulheres em geral e das mulheres trabalhadoras em particu-

lar; vejamos, pois, quais os problemas que, através da organização, podemos tentar resolver:

— as mulheres trabalhadoras enquanto tal, têm os problemas inerentes a todos os trabalhadores; mas elas têm também problemas originários num longo processo histórico de exploração e discriminação, como já referi, que vêm acumulando-se com os outros. No que se refere às mulheres no trabalho, os seus problemas ultrapassam os dos seus companheiros; por exemplo, a nível da contratação colectiva, deverá conquistar-se o direito de as mães prestarem assistência aos filhos, não só porque na nossa sociedade ainda são elas que lhes dão praticamente toda a assistência, mas também porque há trabalhadoras que são mulheres sóas, solteiras ou não, que têm direito a sair do trabalho para levar os filhos às consul-

tas, como a prestarem-lhes assistência na doença. Em termos de direito ao trabalho, as mulheres são as mais afectadas pelo desemprego, pelos despedimentos, pelos contratos a prazo, porque constituem geralmente a mão-de-obra não especializada; então elas sentem maior insegurança no emprego. Isso relaciona-se também com a formação profissional, o acesso à formação e a própria discriminação profissional de que a mulher ainda é vítima, pois ela não ocupa frequentemente cargos qualificados e de chefia, sendo preferida também enquanto candidata a emprego em favor dos homens, como em concursos nas empresas, etc., mesmo se apresenta à partida iguais condições. Isto apesar de a legislação em vigor e a contratação colectiva já não o permitirem (1).

Os problemas a resolver ao nível da organização, visam a igualdade económica e social, considerando-se que a igualdade no plano político é, naturalmente, daí decorrente. Pensamos que há problemas concretos que podem ser minorados e mesmo resolvidos; no que respeita às condições de trabalho, impressionantes nalguns sectores de maioria de mão-de-obra feminina (conservas, têxteis, material eléctrico e electrónico), depois do 25 de Abril conseguiram-se melhorias, através da luta e da contratação, embora nalgumas empresas haja ainda muito más instalações e condições de trabalho.

Continua-se a lutar, em parte na defesa do que se conquistou, em parte para ir mais longe. Mas a discriminação é muito profunda em termos culturais e subsistirá, apesar do esforço das organizações que se debruçam sobre a referida discriminação, no trabalho e na sociedade, no sentido de abolir-la; esse problema só pode resolver-se parcialmente, nos tempos próximos, também porque é um problema inserido em problemas gerais de toda a sociedade.

*A — Para terminar, fala-nos então das formas organizativas, através de cuja criação e/ou consolidação a CGTP-*IN* se propõe avançar na re-*

solução de problemas como o que focaste.

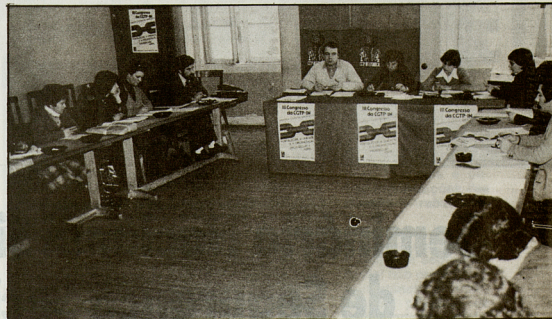
IL — Para resolver muitos destes problemas e também para consociarizar as mulheres de que eles são solúveis, temos de encontrar formas de organização adequadas: por um lado organização específica das mulheres, por outro lado o seu enquadramento na organização geral, em termos de resposta e orientação às Comissões de Mulheres, tendo em vista os problemas que elas sentem, por vezes ainda sem grande consciência da sua natureza e origem.

Tendo em conta os problemas e as condições existentes em cada caso, os dirigentes sindicais terão de desenvolver um grande esforço com vista à organização das mulheres, pois se a organização sindical em geral começa na empresa, a das mulheres terá de começar tam-

vos prioritários: sindicalização das trabalhadoras, como forma de aumentar a sua participação na vida sindical e reforçar a organização de trabalhadores na empresa; recurso à informação e propaganda sindical, conferências, debates, filmes, etc., de forma a transmitir às mulheres uma maior consciência dos seus problemas, uma maior consciência de classe; formação sindical das mulheres trabalhadoras, preparando-as para assumirem as suas responsabilidades nos cargos que ocupam na estrutura sindical. E chamamos a atenção para a necessidade de proporcionalidade ao nível dos ORTs, pois só assim poderemos ir aumentando o número de mulheres dirigentes sindicais. Já foram dados alguns passos nesse sentido, mas está-se longe da correspondência proporcional e cabe aos

trabalhadores, como forma de aumentar a sua participação na vida sindical e reforçar a organização de trabalhadores na empresa; recurso à informação e propaganda sindical, conferências, debates, filmes, etc., de forma a transmitir às mulheres uma maior consciência dos seus problemas, uma maior consciência de classe; formação sindical das mulheres trabalhadoras, preparando-as para assumirem as suas responsabilidades nos cargos que ocupam na estrutura sindical. E chamamos a atenção para a necessidade de proporcionalidade ao nível dos ORTs, pois só assim poderemos ir aumentando o número de mulheres dirigentes sindicais. Já foram dados alguns passos nesse sentido, mas está-se longe da correspondência proporcional e cabe aos

trabalhadores, como forma de aumentar a sua participação na vida sindical e reforçar a organização de trabalhadores na empresa; recurso à informação e propaganda sindical, conferências, debates, filmes, etc., de forma a transmitir às mulheres uma maior consciência dos seus problemas, uma maior consciência de classe; formação sindical das mulheres trabalhadoras, preparando-as para assumirem as suas responsabilidades nos cargos que ocupam na estrutura sindical. E chamamos a atenção para a necessidade de proporcionalidade ao nível dos ORTs, pois só assim poderemos ir aumentando o número de mulheres dirigentes sindicais. Já foram dados alguns passos nesse sentido, mas está-se longe da correspondência proporcional e cabe aos



Aspecto de reunião nacional de União, Federações e alguns Sindicatos, sobre a organização das Mulheres Trabalhadoras (incluída nos trabalhos preparatórios do III Congresso)

bém aí, principalmente nas grandes empresas onde há significativa percentagem de trabalhadoras.

Assim, apontamos, neste trabalho preparatório para o III Congresso, para a discussão destas ideias e sua concretização, no sentido de se criarem Comissões de Mulheres onde ainda não existem; isso começa logo na discussão com as Comissões Intersindicais nas empresas. Pensamos que tais Comissões, nas empresas e nos sindicatos, deverão apontar para alguns objecti-

vos prioritários: sindicalização das trabalhadoras, como forma de aumentar a sua participação na vida sindical e reforçar a organização de trabalhadores na empresa; recurso à informação e propaganda sindical, conferências, debates, filmes, etc., de forma a transmitir às mulheres uma maior consciência dos seus problemas, uma maior consciência de classe; formação sindical das mulheres trabalhadoras, preparando-as para assumirem as suas responsabilidades nos cargos que ocupam na estrutura sindical. E chamamos a atenção para a necessidade de proporcionalidade ao nível dos ORTs, pois só assim poderemos ir aumentando o número de mulheres dirigentes sindicais. Já foram dados alguns passos nesse sentido, mas está-se longe da correspondência proporcional e cabe aos

trabalhadores, como forma de aumentar a sua participação na vida sindical e reforçar a organização de trabalhadores na empresa; recurso à informação e propaganda sindical, conferências, debates, filmes, etc., de forma a transmitir às mulheres uma maior consciência dos seus problemas, uma maior consciência de classe; formação sindical das mulheres trabalhadoras, preparando-as para assumirem as suas responsabilidades nos cargos que ocupam na estrutura sindical. E chamamos a atenção para a necessidade de proporcionalidade ao nível dos ORTs, pois só assim poderemos ir aumentando o número de mulheres dirigentes sindicais. Já foram dados alguns passos nesse sentido, mas está-se longe da correspondência proporcional e cabe aos

trabalhadores, como forma de aumentar a sua participação na vida sindical e reforçar a organização de trabalhadores na empresa; recurso à informação e propaganda sindical, conferências, debates, filmes, etc., de forma a transmitir às mulheres uma maior consciência dos seus problemas, uma maior consciência de classe; formação sindical das mulheres trabalhadoras, preparando-as para assumirem as suas responsabilidades nos cargos que ocupam na estrutura sindical. E chamamos a atenção para a necessidade de proporcionalidade ao nível dos ORTs, pois só assim poderemos ir aumentando o número de mulheres dirigentes sindicais. Já foram dados alguns passos nesse sentido, mas está-se longe da correspondência proporcional e cabe aos

trabalhadores, como forma de aumentar a sua participação na vida sindical e reforçar a organização de trabalhadores na empresa; recurso à informação e propaganda sindical, conferências, debates, filmes, etc., de forma a transmitir às mulheres uma maior consciência dos seus problemas, uma maior consciência de classe; formação sindical das mulheres trabalhadoras, preparando-as para assumirem as suas responsabilidades nos cargos que ocupam na estrutura sindical. E chamamos a atenção para a necessidade de proporcionalidade ao nível dos ORTs, pois só assim poderemos ir aumentando o número de mulheres dirigentes sindicais. Já foram dados alguns passos nesse sentido, mas está-se longe da correspondência proporcional e cabe aos

(1) A discriminação salarial com base no sexo tem vindo a ser abolida, depois do 25 de Abril, à medida que vão sendo revistos o CCT. Não pode contudo afirmar-se que ela esteja completamente superada na totalidade dos sectores.



Seminário Nacional Sindical de Segurança Social

Realizou-se no passado dia 19 de Janeiro, na Faculdade de Direito de Lisboa, por iniciativa da CGTP-IN, um Seminário Sindical Nacional de Segurança Social com os seguintes objectivos:

— Análise da participação do Movimento Sindical na gestão directa das Instituições de Previdência/Segurança Social, apuramento de resultados e medidas a tomar.

— Levantamento da actual situação financeira da Segurança Social, suas

causas, consequências e medidas que se impõem a curto, médio e longo prazo.

— Discussão de um Caderno Reivindicativo de Segurança Social que corresponde a uma melhoria mínima da qualidade de vida.

Este Seminário, foi aberto à participação de todas as associações sindicais filiadas ou não na CGTP-IN, bem como as Comissões Sindicais e Intersindicais e aos representantes do Movimento Sindical nas Instituições de

Previdência/Segurança Social.

Presentes como convidados estiveram representantes de organismos e serviços públicos ligados a estas questões, do MURPI, de Associações de Deficientes e Sinistrados e outras personalidades interessadas na problemática da Segurança Social.

Bastante participado, o Seminário salientou a importância que esta frente de trabalho tem na defesa das condições de vida dos

trabalhadores e da generalidade da população, bem como da necessidade que existe em que o Movimento Sindical assuma a responsabilidade constitucional de participação na definição da Política de Segurança Social.

Foi reafirmada a firme disposição de defesa do preceito constitucional, art.º 63 da CR, quanto aos objectivos e forma de participação.

Apontou-se a necessidade do reforço da organi-

zação
tendo
volv
neces
do
CGT
sindi
quen
teses
e ain
rias
ques

De
neces
efica
ção
cia, t
dade
pres
pór
traba

Re
nanc
acor
da R
fica
a su
Soci
diar

Q
549
gâni
cial,
cess
ção
mas

C
diat
sida
dilig
dico
gêni
ha
ao r
de
por
pela
ção
sõe
Cen

C
dou
der
colh
men
dos
um
con
futu
Aç
vino
disc
gra
a to

«
fina
dên
46,
tenc
men

zação aos vários níveis tendo em vista, o desenvolvimento das iniciativas necessárias à preparação do 3.º Congresso da CGTP-IN aberto a todos os sindicatos com a consequente discussão das teses salidas do Seminário e ainda as opções necessárias ao controlo eficaz das questões da Previdência.

Demonstrou-se serem necessários mecanismos eficazes para a recuperação da Dívida à Previdência, tendo em conta a realidade económica das empresas e de modo a não pôr em causa postos de trabalho.

Reivindicou-se um financiamento correcto de acordo com a Constituição da República, o que significa que deve ser o Estado a subsidiar a Segurança Social e não esta a subsidiar o OGE.

Quanto ao Decreto-Lei 549/77, chamada Lei Orgânica da Segurança Social, reafirmou-se a necessidade da sua revogação bem como dos Diplomas que o regulamentam.

Como objectivo imediato apontou-se a necessidade da continuação das diligências no campo jurídico, bem como as diligências no sentido de recolha de assinaturas de apoio ao requerimento de pedido de inconstitucionalidade por omissão apresentado pela Central face à situação existente nas Comissões Instaladoras dos Centros Regionais.

O Seminário recomendou que a CGTP-IN considerasse as sugestões recolhidas, como complemento dos textos discutidos, de forma a elaborar um documento-tese que constituísse matéria aos futuros - «Programa de Acção» e «Caderno Reivindicativo» - após a sua discussão no 3.º Congresso da CGTP-IN aberto a todos os Sindicatos.

«Entre 1972 e 1978 os financiamentos da Previdência à Saúde totalizaram 46,2 milhões de contos tendo sido transferidos mesmo em 1979 da Previ-

dência para o Orçamento Geral do Estado 1,8 milhões de contos.

É evidente que toda esta situação criou e continua a criar graves problemas e limitações à actualização dos benefícios.»

«Se é certo que o financiamento e cobertura do défice da Segurança Social, por parte do Estado, deverá ter em conta a situação económica do País, não é menos certo e até fundamental que, o financiamento deverá ter em conta as necessidades concretas da população, para que daí resulte o caminho correcto de uma Segurança Social destinada a todos os cidadãos.

Os «benefícios» concedidos actualmente pela Previdência aos trabalhadores, são insuficientes.

Todos o reconhecem. O Movimento Sindical

tem-no denunciado amplamente. O argumento utilizado para justificar esta situação foi e continua a ser a falta de meios financeiros.

No entanto este «argumento» tem sido criado artificialmente quer pela forma como são apresentadas as contas da Previdência, quer pela ausência de qualquer esforço para racionalizar os gastos actuais da Previdência, quer pela utilização dos dinheiros da Previdência para pagar despesas que pouco têm a ver com ela, quer ainda pela passividade, quando não mesmo culpabilidade, que se verifica em relação à não entrega, pelo patronato, dos milhões de contos que este deve aquela, quer finalmente pelo não cumprimento daquilo que a nossa Constituição estabelece relativamente a cobertura dos défices da Segurança Social pelo Estado.»

«- Participação efectiva do Movimento Sindical na definição da política de Segurança Social e na gestão e controlo das Instituições, a todos os níveis, da Segurança Social e consequente revogação do Dec.-Lei 549/77.

- Participação efectiva do Movimento Sindical na gestão do IGF da Segurança Social (visto neste momento a intervenção do Movimento Sindical ter carácter meramente consultivo); bem como em todas as acções conducentes à descentralização e criação dos órgãos regionais e outros do sistema de Segurança Social.»

ART. 63 da CONSTITUIÇÃO

1 - Todos têm direito à Segurança Social.

2 - Incumbe ao Estado organizar, coordenar e subsidiar um sistema de Segurança Social unificado e descentralizado, de acordo com a participação das Associações Sindicais e outras organizações das classes trabalhadoras.

3 - A organização do sistema de Segurança Social não prejudicará a existência de instituições privadas de solidariedade social não lucrativas, que serão permitidas, regulamentadas por lei e sujeitas à fiscalização do Estado.

4 - O sistema de Segurança Social protegerá os cidadãos na doença, velhice, invalidez, viuvez e orfanada, bem como no desemprego e em todas as outras situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho.



ORGANIZAÇÃO SINDICAL DE EMPRESA

GRUNDIG

Iniciámos no número anterior a divulgação de formas organizativas dos trabalhadores na empresa; prosseguimos, desta vez tomando como exemplo a GRUNDIG Electrónica Portugal, com sede em Ferreiros (Braga).

A GRUNDIG é uma multinacional, como a generalidade das empresas do ramo de material eléctrico e electrónico instaladas em Portugal; emprega 2670 trabalhadores, na sua maioria mulheres (60%), dos quais 2200 estão sindicalizados (nos restantes inclui-se parte dos 400 trabalhadores a prazo).

Em Junho, de 1979, avançou ali o processo de verticalização, no Sindicato das Indústrias Eléctrica e Electrónica, à qual aderiu a quase totalidade dos restantes 15 sindicatos representados na empresa. A verticalização, fruto dum activo e prolongado trabalho esclarecedor da Comissão Intersindical, acompanhado pela CGTP-IN, implicou uma reestruturação organizativa: para tanto, a CI promoveu a eleição de novos delegados, donde resultou a constituição da actual Comissão Sindical, composta por 15 membros (11 homens e 4 mulheres). No âmbito deste órgão, funcionam uma subcomissão de Higiene e Segurança e um delegado à Previdência. Estão também constituídas subcomissões de Mulheres e Juventude.

Os ORTs da GRUNDIG (CS e CT) gozam hoje de grande prestígio interno, resultante da tenacidade com que têm enfrentado situações difíceis, originadas por manobras patronais, e defendido os interesses dos trabalhadores; contudo, não foi fácil chegar à constituição duma Comissão de Trabalhadores. Passado um período conturbado, que atingiu o máximo no que os trabalhadores chamam o seu «Verão quente de 76» e se prolongou ainda, a organização sindical (então CI) acabaria por sobrepor-se a controvérsias e obter a confiança da generalidade dos trabalhadores. Estes



Alguns membros da CS e da CT da GRUNDIG, que nos informaram sobre a sua organização

eram entretanto levados, por outro lado, a tomar também consciência da necessidade duma CT, que os representasse em campos que excediam a competência da CI: por exemplo, a intervenção em processos disciplinares.

Em 1977 estavam enfim criadas condições para accionar, com êxito, o processo donde resultaria, já em 78, a eleição duma CT, aliás com sólida base de apoio (à CI coube a dinamização desse processo).

Estreita cooperação entre ORTs

A vinculação da empresa ao cumprimento do CCT de 1977 e um processo de reclassificação, que abrangeu positivamente mais de 50% dos trabalhadores, foram as

primeiras tarefas em que se empenharam conjuntamente a CI e a CT. Seguiu-se a preparação dum caderno reivindicativo, motivado pela necessidade de fazer face ao aumento do custo de vida, embora excedendo as reivindicações económicas, para abranger outras, de natureza social e sindical.

A actual CT, eleita em 79 — constituída por 7 membros: 6 homens e uma mulher —, tem-se mantido na defesa intransigente das reivindicações substanciadas no caderno reivindicativo, que fora aprovado em plenário. Apesar de entraves e manobras de diversão da gerência para dificultar a negociação do Caderno, os representantes dos trabalhadores, com o seu apoio, têm avançado decididamente nessa frente, que se salda hoje numa significativa vitória.

A acção da CS desenvolveu-se principalmente, até ao passado mês de Dezembro, na cooperação com a CT em tarefas prioritárias, como a luta pela conquista das regalias reivindicadas no Caderno e a dinamização da votação do projecto de Estatuto para a CT (ao abrigo da Lei 46/79). No seu espaço de trabalho

específico, a tarefa prioritária da CS vem sendo, entretanto, a participação nas negociações da contratação colectiva, que evidenciarão, em pleno, as vantagens da verticalização sindical.

A revisão do CCT de 77 está na ordem do dia. Não tem sido nem será fácil. No que se refere aos trabalhadores da GRUNDIG, eles nem sequer serão substancialmente beneficiados nos salários, dadas as vantagens económicas obtidas através do já referido Caderno Reivindicativo; eles não subistimam porém, tal negociação, até porque o contrato envolve um conjunto de cláusulas mobilizadoras (categorias, diuturnidades, etc.) para as lutas pela sua negociação, que eventualmente se afigurem necessárias. E hoje eles estão conscientes e organizados.

A CFDT em Portugal

a convite da CGTP-IN

Esteve em Lisboa durante três dias, a convite da CGTP-IN, uma delegação da CFDT, conduzida pelo seu secretário-geral Edmond Maire; Jacques Cherec e Roger Briach, respectivamente secretário-geral adjunto e secretário confederado, integravam também esta delegação.

A visita, cujo programa incluiu conversações com uma delegação do secretariado nacional da CGTP-IN, deslocação às instalações da Petrogal e contactos com autoridades portuguesas, nomeadamente o Presidente da República, teve por objectivo estreitar os laços de amizade e cooperação já existentes e desenvolver relações bilaterais, analisar problemas com que se defrontam os trabalhadores na Europa, nomeadamente os que se relacionam com a inflação, desemprego, multinacionais e a situação dos trabalhadores migrantes.

Quer a CGTP, através de Armando Teixeira da Silva, da comissão executiva do secretariado nacional quer o secretário-geral da Central francesa, frisariam esse objectivo fundamental durante uma conferência de imprensa que teve lugar na sede da CGTP-IN, onde os sindicalistas visitantes divulgaram algumas posições essenciais da CFDT, designadamente face à CGTP-IN e seu pedido de adesão à Confederação Europeia de Sindicatos (1) e face aos problemas dos emigrantes portugueses em França.

— **CGTP-IN, Central Histórica dos Trabalhadores Portugueses** — «UGT», criação mais política que sindical

Segundo E. Maire, «a CGTP é a Central histórica dos trabalhadores portugueses, que eles escolhe-

ram livremente e os representa no essencial», sendo este o critério que regula as relações entre as duas Confederações. Assim, pela sua parte, a CFDT já tomou posição no Comité Executivo da CES, favorável à adesão da CGTP-IN àquela organização sindical europeia, solicitada em Janeiro de 79.

As organizações integrantes da CES colocam duas exigências básicas na admissão de novos membros: sua representatividade e seu funcionamento democrático comprovados; depois procede a uma análise conjunta com os interessados, sobre a sua capacidade de contribuírem para reforçar a coerência e coesão da CES. Para a CFDT, as duas condições prévias são preenchidas pela CGTP.

Ainda acerca desta questão, E. Maire, consideraria evidente que, no tocante à chamada UGT — definida a dado passo, sob interpegação dum jornalista, como «(...) uma criação mais política que sindical» —, «(...) as condições não são preenchidas».

Alvaro Riana, da comissão executiva do secretariado nacional da CGTP-IN, esclareceu os jornalistas presentes sobre os passos dados no sentido da adesão da CGTP-IN à CES.

— **Emigrantes portugueses continuam ameaçados**

A lei Bonnet e o projecto

Stoluru, verdadeiros atentos aos mais elementares direitos dos imigrantes em França, mereceram também a atenção das duas delegações durante as suas conversações.

A lei Barre-Bonnet, que chegou a colocar na ordem do dia o espectro da expulsão massiva, já foi parcialmente anulada, devido sobretudo às pressões da opinião pública francesa e internacional sobre o parlamento e a Comissão Constitucional da França; contudo os trabalhadores estrangeiros continuam ali gravemente ameaçados (por exemplo, podem ser presos e expulsos se não tiverem a documentação em ordem).

Este problema candente seria abordado pela delegação francesa, no encontro com o PR, na sequência de conversações já encaçadas quando da visita do Presidente Eanes a França.

E. Maire em reunião com o secretariado nacional da CGTP-IN, ocorrida durante a sua estadia entre nós desejou que o III Congresso da CGTP-IN represente «(...) o reforço da unidade e eficácia (...) ao serviço dos trabalhadores portugueses, que será também um contributo para os trabalhadores dos outros países».

(1) A CFDT é uma das organizações sindicais fundadoras da CES; esta tem por objectivo último, nas palavras de E. M. «constituir uma resposta sindical global que constitua profunda mudança no contexto das instituições europeias e da CEE, dominadas pelas forças económicas patronais, correspondentes a interesses político-governamentais contrários aos dos trabalhadores».



Na chegada ao aeroporto



Em reunião de trabalho



Na Petrogal

Não aos mísseis americanos na Europa

A decisão dos E. U. A. de propor aos seus aliados a instalação de mísseis nucleares de médio alcance «Pershing 2» e «Cruise» está a causar entre todos os trabalhadores a mais viva preocupação.

Com efeito, a recente iniciativa estratégica do Pentágono representa um rude golpe nas esperanças de milhões de trabalhadores que, após duas guerras mundiais, particularmente sangrentas, tudo têm feito para fazer progredir o desanuviamento e manter a Europa como zona de paz.

Consciente da gravidade desta medida que vai estimular a corrida aos ar-

mamentos e certa de que o progresso social e cultural da Humanidade só é possível em clima de paz duradoura, a CGTP-IN condena a intenção dos E. U. A. de espalhar pela Europa os mísseis fabricados pelas empresas Boeing e General Dynamics.

A CGTP-IN, em conformidade com o texto constitucional, exorta os trabalhadores portugueses a prosseguirem nos seus esforços no sentido, de incrementarem a luta pelo desanuviamento, pela paz e pela dissolução simultânea e controlada dos blocos militares.



CHILE - repressão continua: Dirigentes sindicais no alvo

A luta do povo chileno contra o regime sangulnário do tirano Pinochet, continua (com greves e acções de massas diversas), apesar de, em resposta e desespero de causa, o Governo continuar a actuar por via de prisões, torturas, assassinatos, e combinar agora o terror com a imposição de legislação altamente repressiva, donde se destacam processos contra dirigentes sindicais e um Plano Laboral que merece a oposição unânime dos trabalhadores. Aliás, o propósito do ditador nestas acções investigadas, é «amedrontar os dirigentes sindicais e impor a sobreexploração, institucionalizada pelo Plano Laboral», conforme refere o Comité Exterior (em Paris) da Central Única de Trabalhadores do Chile (CUT), num dos seus últimos comunicados.

Só no passado mês de Novembro, registaram-se mais de 3000 prisões (incluindo um assassinato a tiro, pela Polícia) em operações militares nos bairros populares; centenas de prisões por infracção à Lei da Segurança Interna, dezenas de prisões por participação num protesto contra o aumento do custo de vida. Além disso, continuam a ser descobertos cemitérios clandestinos, mas o Governo mantém o

silêncio sobre milhares de presos desaparecidos e a Igreja denunciou recentemente a descoberta, em

Santiago, de 320 túmulos com restos mortais de presos políticos, enquanto o Tribunal de Apelação de Concepción se nega a dar curso à petição da Igreja para que seja investigado o desaparecimento de 13 camponeses encontrados mortos; nenhuma medida foi tomada, por outro lado, contra os latifundiários que incendiaram 85 casas de pescadores e 3 outras de trabalhadores agrícolas.

Em todo este quadro, o Movimento Sindical continua como objectivo central da repressão, segundo a CUT. Como tal, também

em Novembro, o dirigente da Federação Têxtil, Vitor Muñoz, foi encarcerado na prisão pública de Santiago; Eliana Sandoval Torres, dirigente da Federação Ranquil e mais 5 dirigentes do Sindicato Industrial dum empresa metalúrgica, foram igualmente presos, por apelarem à solidariedade com a sua luta (enquanto mulheres de 290 trabalhadores da empresa protestavam contra o «lock-out» patronal); entretanto a ditadura entregou à Junta de Videla o dirigente sindical argentino Luciano Iglésias. No mês seguinte, a CUT denunciava a detenção de Teresa Carvajal, Presidente da Associação Nacional de Pensionistas (73 anos, débil estado de saúde); Fernando Bobadilla, Presidente da Federação Têxtil; Almirante Guzmán, Presidente da Federação Mineira e ainda 4 outros sindicalistas, por exercerem o direito de exigir, por carta, ao Ministério do Interior, a entrega dos cadáveres de trabalhadores assassinados aos seus familiares.

Assim vão os Direitos Humanos, na órbita do «Mundo Livre»!

A CGTP-Intersindical Nacional, fazendo-se eco dos apelos da CUT ao Movimento Sindical e à opinião pública internacional, chama os trabalhadores portugueses a:

— SOLIDARIZAREM-SE ACTIVAMENTE COM OS SINDICALISTAS CHILENOS;

— EXIGIREM A LIBERTAÇÃO IMEDIATA DOS DIRIGENTES PRESOS;

— DENUNCIAREM ESTA NOVA FARSA DE DITADURA, QUE CONDIÇÃOA OS ACTOS DAS INSTITUIÇÕES — ENTRE ELAS — OS TRIBUNAIS JUDICIAIS — À REPRESSÃO SOBRE OS TRABALHADORES E À IMPOSIÇÃO DA SUA NEFASTA POLÍTICA ECONÓMICA.

INAUDITO...! O regime terrorista de Pinochet



TEATRO

Política teatral e o ano 1979

O ano findo apresenta um saldo positivo na actividade teatral dos Grupos de Teatro Independente, quer pela qualidade do trabalho apresentado quer pelo recurso à dramaturgia portuguesa.

Por outro lado não nos pareceu que tanto o Teatro Nacional como o Nacional 2 - São Luís tenham ocupado o espaço cultural que lhes é devido e urge ocuparem.

O Festival de Teatro de Expressão Ibérica no Porto foi um acontecimento muito importante e válido na vida cultural do Norte do País) quer pela qualidade dos espectáculos apresentados quer pelo esforço de descentralização que a partir da cidade Invicta se processou e também pela importância dos grupos estrangeiros presentes.

Quanto a Colimbra é louvável o esforço levado a cabo pelo CITAC que concluiu mais um ciclo teatral preenchido com as principais companhias teatrais dos Grupos Independentes.

Em Évora o Centro Cultural da cidade entrou no seu 5.º ano de actividade e Almada foi contemplada com a fixação de um grupo de teatro independente na Academia Almadaense.

Registe-se também o esforço da USL ao divulgar regularmente o teatro que temos junto dos trabalhadores e promover a sua ida aos espectáculos, através de descontos que a maioria dos grupos concedeu aos sindicalizados a pedido do sector cultural da União.

O teatro amador proliferou, ganhou de dia para dia mais adeptos, melhorou a qualidade do seu trabalho e tornou-se uma realidade no nosso espaço cultural.

É louvável o esforço da APTA na defesa e divulgação do teatro de amadores.

A segunda edição do Festival Sindical de Teatro de Amadores teve uma tenaz preparação durante os últimos meses do ano através da sua Comissão Organizadora, o que nos dá desde já, a garantia do interesse que vai despertar esta importante manifestação cultural assim como dos padrões que vai atingir.

A RTP gravou alguns espectáculos dos Grupos de Teatro Independente mas ainda não o fez como rotina, como uma obrigação da sua missão cultural (ver nosso artigo de Novembro passado, carta aberta à RTP).

Quanto ao Trindade/INATEL o escândalo é a «Invasão» reaccionária do sr. Sérgio de Azevedo, um espectáculo impróprio, inspirado nas teses da Aliança Reaccionária feita sem actores e em condições que nunca a CA do INATEL deixou outras companhias actuarem.

As normas de atribuição de subsídios às companhias de teatro profissional do sr. Hélder Macedo são um nado-morto, contêm matéria ofensiva para os grupos.

Então os GTI têm que estar em devassa permanente, como se fossem empresas fraudulentas? (Mensalmente têm de entregar à SEC os extractos da conta bancária... eu julga que isso era sigiloso! Pode controlar-se se os salários, a Previdência, os impostos são pagos através do controlo de um extracto da conta bancária e dos talões de depósito?)

Um aspecto positivo é a satisfação de uma antiga reivindicação dos GTI ou



Taté mulher palhaço
Um espectáculo em que a mulher é o tema
Um espectáculo para ver e discutir

seja a atribuição por 2 anos de subsídios a algumas companhias o que permite uma planificação do trabalho cultural com mais fôlego.

O fim do ano trouxe-nos a AD/reaccionária. Sombras são também as perspectivas que o programa do Governo dá para a cultura.

Mas, a ligação cada vez mais profunda entre os trabalhadores da cultura da maioria dos GTI e os trabalhadores reunidos em torno do Movimento Sindical Unitário, vai permitir uma resposta eficaz na defesa da cultura e dos valores que o 25 de Abril fez florescer.

Compete-nos a todos, em todas as frentes lutar para que Abril continue neste País.

No Teatro há que, urgentemente, lançar-se a base de uma Associação dos Grupos de Teatro Independente, como já o fi-

zeram as companhias descentralizadas, o teatro infantil.

É também urgente ganhar mais público para o teatro.

É urgente ver o cinema português que continua nas prateleiras dos distribuidores.

É urgente que a nossa cultura seja uma cultura de massas.

Tem que haver um grande esforço de todos os trabalhadores da cultura e, um grande apoio de todos os trabalhadores para que a nossa cultura, os nossos valores estejam em cena, nos ecrãs, na TV, na rádio e não os produtos acabados das multinacionais do «mass-media» que dominam as redes de distribuição sobretudo do cinema, da rádio, da TV já que o Teatro Independente no que diz respeito ao teatro é, o exemplo da resistência a essa invasão.

Manuel Marcelino



Eisenstein. «O Couraçado Potemkin». A dramaticidade do rosto não remete para uma interiorização psicológica mas sim para uma atitude épica ligada ao colectivo.

A teoria de Eisenstein sobre a montagem do filme, com a sua consequente aplicação na prática, constitui, sem dúvida, a nosso ver, um dos momentos mais altos da arte do filme. E não só: também é um dos momentos cimeiros da arte do nosso século. Já o referimos e exemplificámos, com a necessária brevidade, no número anterior. Hoje em dia, com a imensa dimensão psicológica que o filme foi adquirindo nas suas variações modernas, os efeitos do processo criativo da montagem tornam-se menos evidentes, diria mesmo menos «espectaculares». São, como dissemos no artigo precedente, mais moderados. A montagem ganha outra dimensão. Uma dimensão mais fluente e «natural». A máquina de filmar torna-se um importante elemento da acção, movimentando-se, ora calma ora nervosa, no interior do universo do filme.

Mas isto não é razão para que se tente substituir a teoria da montagem de Eisenstein, como o

fazem alguns estudiosos modernos da linguagem do filme, que valorizam privilegiadamente as tendências criativas mais recentes do filme opondo-as aos excessos de montagem de Eisenstein. É uma posição que se nos afigura incorrecta em termos de análise, porque não leva em conta o carácter relativo da criação artística. O abandono de uma concepção de montagem, entendida como elemento predominante da criação do filme, como praticou Eisenstein, não torna os filmes actuais superiores. A verdade é que os filmes de Eisenstein são o produto sociológico, ideológico e estético de uma realidade histórica concreta, resultante da Revolução de Outubro, e a sua concepção artística responde com coerência aos problemas criativos que a sua época excepcional levantou. Propunha uma alternativa estética à arte burguesa e tentava lançar, em termos dialécticos, as bases de uma linguagem nova e revolucionária de uma nova arte: a do filme. Uma arte, cujas imensas possibilidades já

A LINGUAGEM ARTÍSTICA DO FILME (6)

Eisenstein e a montagem

Lenine intuíra, como as mais adequadas às potencialidades históricas da Revolução de Outubro.

A «Greve», «O Couraçado Potemkin», «Outubro» e «A Linha Geral», os quatro primeiros filmes de Eisenstein, são a clara demonstração de que ele estava preocupado com a criação de uma linguagem artística que servisse os ideais da Revolução. Por isso o principal herói dos filmes de Eisenstein é um herói colectivo: o povo. Um herói que o grande realizador soviético trata com uma apaixonada dimensão épica, um herói que por vezes corre o risco, não o negamos, de se tornar uma abstracção intelectualizada.

Mas o que interessa é salientar que a teoria da montagem de Eisenstein, a montagem de atracções (ver número anterior), é justamente a mais adequada em termos artísticos à sua concepção épica das massas, que são para ele o motor da História. Nessa medida Eisenstein na fase conturbada e contraditória (e poderia não sê-lo?) da Revolução dissolve o individual no colectivo. Mesmo quando surgem grandes planos de rostos humanos, a dramaticidade dos rostos não reflecte uma interiorização psicológica do personagem mas sim uma ati-

tude épica ligada ao destino colectivo.

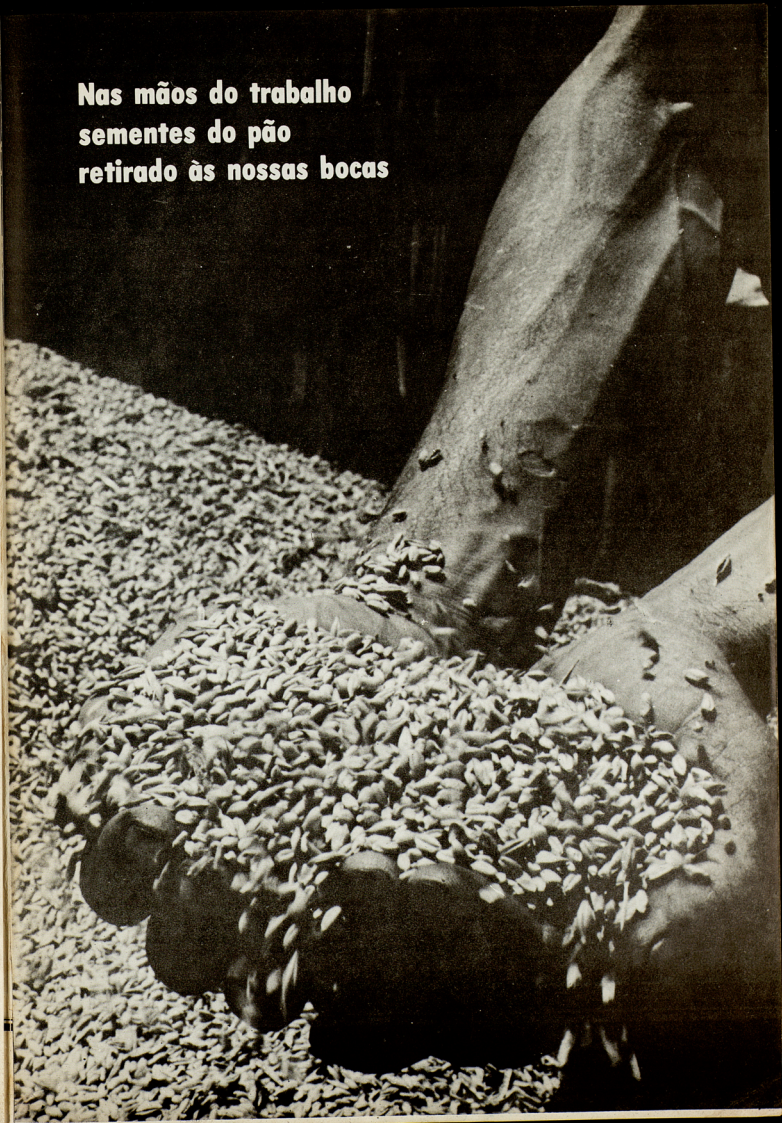
E os planos dos rostos que aparecem, por exemplo, na célebre cena do massacre das escadarias de Odessa, em «O Couraçado Potemkin» são nesse sentido magníficos.

A máquina de filmar em Eisenstein nunca está em movimento. Ele constrói a realidade através de planos fixos. Mas cada plano, cada fragmento dessa realidade é um mundo de movimento e de conflitos. E a organização sequencial dos planos no conceito de montagem de Eisenstein reforça, a um nível sem paralelo na História do Cinema, essa noção de movimento que se identifica com uma visão dialéctica da vida. Nos filmes de Eisenstein não existe necessidade dos largos movimentos de câmara tão caros aos filmes actuais e a outras não menos importantes concepções de montagem.

O movimento produzido pelos efeitos da montagem nos filmes de Eisenstein, é um movimento, que se processa em última instância numa operação intelectual e ideológica do espectador. E esse o grande apelo que nos faz Eisenstein. E essa a grande lição da sua obra.

DAVID LOPES

**Nas mãos do trabalho
sementes do pão
retirado às nossas bocas**



IR

des-

stos
em-
a do
arias
ura-
esse

r em
a em
rói a
pla-
ano,
rea-
mo-

E a
ncial
o de
stein
n pa-
Ci-
mo-
tifica
ca da
sens-
essi-
men-
a ou-
rtan-
onta-

uzido
agem
ein, é
e se
ins-
inte-
o es-
ande
sens-
lição

OPES

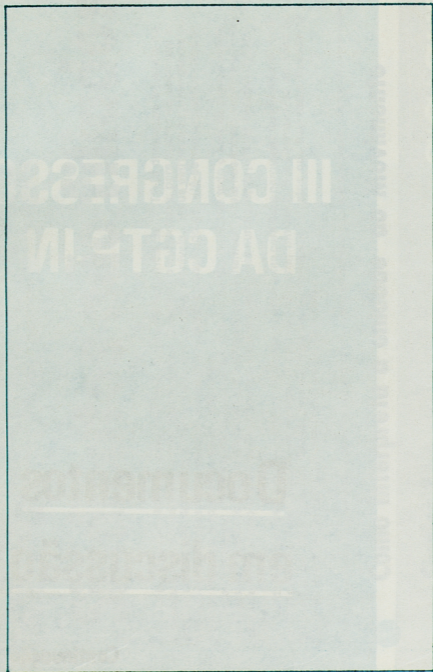


CORTA-MATO "ALAVANCA" 1980

III CONGRESSO DA CGTP-IN

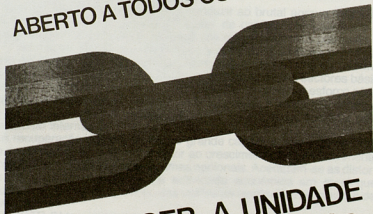
Documentos em discussão

Continuação



III Congresso da CGTP-IN

ABERTO A TODOS OS SINDICATOS

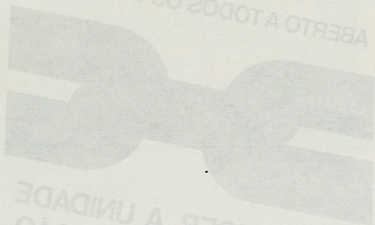


FORTALECER A UNIDADE
E A ORGANIZAÇÃO

PROSSEGUIR
ABRIL

LISBOA 6/7/8 E 9 DE MARÇO DE 1980

III Congresso
da CPT-UI
ABERTO A TODOS OS SINDICATOS



FORTALECER A UNIDADE
E A ORGANIZAÇÃO
PROSSEGUIR
ABRIL

LISBOA 6718E e DE MARÇO DE 1980

Pelo desenvolvimento económico — pelo direito ao trabalho

Contra a política de recessão

A aplicação da política económica, monetária e financeira resultante dos acordos em 1977 com o Fundo Monetário Internacional, nomeadamente as medidas de desvalorização do escudo, o tecto salarial, as restrições ao crédito, as limitações impostas ao desenvolvimento do sector público, a liberalização das importações e a permissão da especulação desenfreada, levaram à deterioração das condições de vida dos trabalhadores e criaram uma situação que põe seriamente em causa no futuro o desenvolvimento económico independente.

Esta política de recessão está a conduzir ao brutal agravamento do desemprego, à drástica descida do poder de compra dos salários e à reconcentração do rendimento nacional nas mãos do grande patronato.

O sentido de classe e a quase total ausência de políticas coerentes quanto ao desenvolvimento agrícola, nomeadamente na zona da reforma agrária, ao desenvolvimento industrial, nomeadamente nos sectores básicos ao comércio externo e interno, a inexistência de qualquer esforço sério no sentido de implementar o planeamento económico e social, colocaram o país na dependência da política monetária e financeira decidida pelo imperialismo internacional.

A recuperação dos privilégios do grande capital, a que o 25 de Abril tinha posto termo, em vez de conduzir ao crescimento e desenvolvimento económico, tem agravado os problemas nacionais. Acentuam-se as distorções no aparelho produtivo e na actividade económica em geral que demonstram o carácter transitório das melhorias verificadas na balança de pagamentos.

A CGTP-IN tem defendido e continua a defender que a resolução do problema do desemprego deve ser o eixo fundamental da política económica orientada no sentido de satisfazer as necessidades básicas da população e que a melhoria do nível de vida da população trabalhadora é condição essencial à dinamização da actividade económica.

Defesa das condições de vida e de Trabalho

Contratação colectiva

A contratação colectiva continua a constituir a tarefa central da actividade sindical no combate à exploração capitalista na defesa do poder de compra e das condições de vida dos trabalhadores, e no reforço da sua unidade e mobilização e consciencialização. Neste campo deve ser eixo da nossa acção:

— lutar pela garantia da liberdade de negociação colectiva em todas as fases do processo;

— lutar, no campo da contratação colectiva, contra os sindicatos constituídos à margem da lei das associações sindicais e sem suporte nas massas trabalhadoras que mais não visam que dividir e enfraquecer a luta dos trabalhadores;

— lutar pelo aumento do poder de compra dos trabalhadores;

- lutar pela vigência dos 12 meses;
- lutar pela vigência dos 12 meses;
- lutar pela regulamentação na contratação colectiva de matérias entre outras sobre segurança no emprego, direito ao trabalho, protecção à maternidade, higiene e segurança no trabalho, direito à formação;
- reconhecimento do direito da contratação colectiva, sem discriminação, a todos os trabalhadores portugueses, incluindo os trabalhadores da função pública, rurais, serviço doméstico, etc.;
- defender uma política salarial justa tendo em conta as várias particularidades dos ramos profissionais incluindo quadros técnicos.

Segurança social

A defesa firme das regalias conquistadas, a melhoria das prestações sociais são acções prioritárias da CGTP-IN, tendo em vista a criação de um sistema integrado, unificado e descentralizado, em que os trabalhadores participem; uma cobertura financeira assegurada de forma a cobrir as necessidades da população; um combate ao burocratismo dos serviços, como meios necessários a uma melhoria das prestações sociais.

Saúde

A CGTP-IN continuará a desenvolver a sua acção com vista à implantação do Serviço Nacional de Saúde, cuja lei foi melhorada por intervenção dos trabalhadores e cujos objectivos correspondem às necessidades fundamentais dos trabalhadores.

Habitação

A CGTP-IN luta contra as tentativas de aumentar as rendas de casa. O reforço das verbas para habitação social, a definição duma política de solos, a criação de condições para o melhor funcionamento dos organismos oficiais responsáveis, o apoio e o estímulo da construção directa e das cooperativas de habitação, a ampliação dos contratos de desenvolvimento e a definição duma política de rendas de casas justas são medidas urgentes e necessárias para desbloquear o sector e garantir um dos direitos fundamentais ao homem - o direito à habitação.

Tempos livres, desporto, cultura e turismo social

Os direitos dos trabalhadores ao repouso e aos lazeres, à saúde, a um ambiente de vida humano e sadio, à educação e cultura, ao desporto, definem o quadro de uma política sindical de tempos livres que se deverá integrar dinamicamente do projecto constitucional.

Garantia dos direitos dos trabalhadores

Os direitos alcançados pelos trabalhadores não estão todos postos em prática.

Um aspecto central a considerar quanto às garantias dos direitos dos trabalhadores é o do funcionamento da Administração Pública, do Trabalho, dos Tribunais e Inspeção do Trabalho, nomeadamente com vista à realização coactiva dos direitos quando o patronato não cumpre voluntariamente a lei.

Características do Movimento Sindical Português

O Movimento Sindical Português tem-se orientado e continuará a orientar-se, pelos princípios fundamentais que o caracterizam como um Movimento Sindical unitário, independente, de massas e de classe.

Movimento Sindical Unitário, que reconhece e defende a unidade de todos os trabalhadores e das suas organizações de classe, sem quaisquer discriminações, que combate todas as tentativas tendentes à sua divisão, como condição necessária da luta pela completa emancipação da classe trabalhadora.

Movimento Sindical Democrático, que assenta toda a sua orgânica e vida interna no respeito pelos princípios democráticos nomeadamente no respeito e submissão das minorias às maiorias, na livre eleição e destituição dos seus órgãos a todos os níveis, na responsabilização colectiva destes, na livre expressão e discussão de todos os pontos de vista existentes no seio dos trabalhadores, no respeito integral pelas decisões dos seus órgãos deliberativos máximos – Assembleias Gerais a nível de Sindicatos, Congressos e Plenários a nível da Confederação.

Movimento Sindical Independente, que desenvolve a sua actividade e determina os seus objectivos com total autonomia face ao patronato, ao Estado, às confissões religiosas, aos partidos políticos ou quaisquer outros agrupamentos de natureza não sindical, que combate todas as tentativas de ingerência como condição para o reforço da sua própria unidade.

Movimento Sindical de Massas, que reconhece e defende a liberdade de sindicalização de todos os trabalhadores, e que visa promover a elevação do seu nível de consciência sindical e a sua participação activa em todas as tarefas e níveis da organização sindical, como garantia de que a sua linha de orientação seja efectivamente determinada democraticamente pelos trabalhadores.

Movimento Sindical de Classe, que reconhece o papel determinante da luta de classes na evolução histórica da humanidade, que reconhece a solidariedade de interesses existente entre os trabalhadores de todo o Mundo, que se opõe a toda e qualquer tentativa de subordinação dos interesses da classe trabalhadora a interesses que lhe são estranhos e que promove a defesa intransigente dos interesses colectivos da classe trabalhadora na luta pela construção da sociedade sem classes.

O SINDICATO

Noção

O Sindicato constitui a associação sindical de base da estrutura sindical. A sua criação é da iniciativa dos trabalhadores e são estes que directamente determinam os seus objectivos.

É no sindicato que os trabalhadores exprimem, directa e imediatamente, os seus pontos de vista sobre todas as questões que lhes interes-

sam, aprovam os princípios e objectivos da actividade sindical, definem o programa de acção e elegem os seus dirigentes.

O Movimento Sindical será tanto mais forte e coeso quanto maior e mais democrático for a participação dos trabalhadores na vida sindical e quanto este mais e melhor defender os direitos e interesses dos trabalhadores.

Delegados sindicais

O alargamento da rede dos delegados sindicais é uma tarefa prioritária para o reforço da acção do Movimento Sindical Unitário.

Na escolha dos delegados sindicais a eleger deve presidir o maior espírito unitário de modo a que se reforce a unidade dos trabalhadores e se evite a radicalização de divergências menores.

A eleição deve ser precedida de esclarecimento prévio adequado. Cabe aos trabalhadores, em cada empresa, definir a forma de eleição dos delegados sindicais, a qual pode ser feita individualmente ou por listas.

Em qualquer caso a eleição deve ser sempre por voto directo e secreto.

Secção sindical de empresa

Uma direcção de trabalho importante – e prioritária – é a institucionalização da secção sindical de empresa, entendida como o conjunto dos trabalhadores sindicalizados de uma empresa, de uma unidade de produção ou de um serviço.

Na estrutura atrás referida, de acordo com a prática do Movimento Sindical Unitário, deveria ser permitida a participação dos trabalhadores não sindicalizados.

A iniciativa da dinamização da secção sindical de empresa deve pertencer ao sindicato mais representativo ou de ramo de actividade.

Comissão Intersindical de empresa

A coordenação da actividade da secção sindical de empresa deve caber à comissão intersindical.

A comissão intersindical de empresa é constituída por todos os delegados sindicais da empresa, unidade de produção ou serviço, e nela deverão estar representados, sempre que possível, os diversos grupos profissionais.

As comissões intersindicais de empresa terão que encontrar as formas de organização interna e funcionamento, a definir em regulamento ou estatuto próprio aprovado pelo plenário da secção sindical, subordinando sempre a sua actuação aos estatutos e deliberações dos órgãos competentes dos respectivos sindicatos.

À comissão intersindical competem inúmeras tarefas, a desenvolver no âmbito da empresa, das quais destacamos as seguintes:

- **Defesa e melhoria das condições de trabalho e de vida dos trabalhadores;** fiscalizando e reclamando a aplicação da legislação do trabalho e da contratação colectiva; intervindo nos conflitos de trabalho; exigindo o cumprimento das regras de higiene e segurança; reclamando a legalidade e a veracidade dos mapas de pessoal; controlando a cobrança e remessa, pelas entidades patronais, das contribuições à Previdência; etc;
- **Organização dos trabalhadores:** promovendo a sua sindicalização; organizando as mulheres, os jovens, os deficientes e os trabalhadores estudantes; cooperando com a comissão de trabalhadores; mantendo e desenvolvendo um contacto permanente com o sindicato ou sindicatos representados na empresa; participando nas estruturas sindicais existentes na zona onde a empresa está implantada (uniões, delegações);
- **Informação e propaganda:** divulgando os objectivos e princípios do Movimento Sindical Unitário com vista ao alargamento da sua influência;
- **Formação sindical:** contribuindo para a educação dos trabalhadores e activistas sindicais na perspectiva da elevação da sua consciência de classe;
- **Recolha de fundos:** actuando através da cobrança eficaz das quotizações sindicais e de outras iniciativas visando a estabilidade financeira do Movimento Sindical;
- **Aproveitamento dos tempos livres:** promovendo e organizando actividades culturais, desportivas e recreativas;

A FEDERAÇÃO

A Federação é uma associação sindical constituída por sindicatos. Na estrutura actual tanto pode integrar sindicatos representativos dos trabalhadores da mesma profissão como sindicatos do mesmo ramo de actividade.

A sua evolução é no sentido de ser cada vez mais uma associação sindical organizada por ramo de actividade e cada vez menos uma associação sindical de carácter profissional.

Às federações incumbe o importante papel de direcção e coordenação da actividade sindical no sector.

A actividade das federações tem-se circunscrito fundamentalmente à contratação colectiva. No entanto, a sua acção deve alargar-se no sentido de intervir mais activamente na planificação económica, na resolução dos problemas do respectivo sector e na coordenação da acção dos sindicatos que a constituem.

O reforço da acção da federação reflectir-se-á, necessariamente, no reforço da própria actividade dos sindicatos que a integram.

A UNIÃO

As uniões são, tal como as federações, associações sindicais de nível intermédio. A importância das estruturas sindicais intermédias decorre

fundamentalmente da necessidade de dar respostas comuns a problemas comuns e de garantir que as acções desenvolvidas pelo conjunto das estruturas sindicais estejam ligados por grandes objectivos orientadores.

Às uniões cabe um importante papel na dinamização dos processos de fusão e na verticalização de sindicatos em colaboração com as federações; na concentração e aproveitamento integral dos meios humanos, técnicos e serviços das associações sindicais; na formação sindical; na organização das mulheres, dos jovens, dos reformados; na organização dos desempregados e dos jovens à procura do primeiro emprego; na luta contra o desemprego e pelo direito ao trabalho; no reforço de solidariedade entre os trabalhadores; na acção cultural; no aproveitamento dos tempos livres.

Por outro lado, as Uniões devem alargar o campo da sua acção no sentido de terem uma intervenção crêscente na resolução dos problemas colectivos das populações, como é o caso da saúde, dos transportes, da habitação, dos horários de funcionamento dos estabelecimentos. Devem ainda, reforçar a sua ligação às autarquias locais como forma de participação no exercício do Poder Local.

A constituição das comissões intersindicais de empresa; o alargamento da rede de delegados; e o avanço na organização descentralizada dos sindicatos contribuirão decisivamente para o reforço do papel das Uniões Distritais e Locais.

Os órgãos das associações sindicais e o seu funcionamento

A definição dos órgãos das associações sindicais e a forma do seu funcionamento deverá ter em consideração as condições específicas de cada organismo sindical.

Cabe aos estatutos de cada associação sindical contemplar e aos seus associados definir os órgãos e competências que melhor se adaptem à sua organização, actividade e funcionamento, mas sempre no respeito pelos princípios por que se rege o Movimento Sindical Unitário.

Qualquer que seja o nível a que se situe a associação sindical (base, médio ou superior) deverá haver pelo menos:

- a) um órgão deliberativo;
- b) um órgão executivo;
- c) um órgão fiscalizador e consultivo.

O órgão deliberativo é, por definição, composto por todos os associados da organização sindical.

O órgão executivo é composto por elementos eleitos por voto directo e secreto, pelos associados. A sua representatividade advém-lhe directamente do acto eleitoral em que devem poder participar todos os trabalhadores sindicalizados.

O órgão fiscalizador e consultivo deve ser constituído por elementos não já eleitos directamente mas cuja representatividade lhes advém de anterior eleição.

Como princípios gerais do funcionamento dos órgãos das associações sindicais apontam-se os seguintes:

- reconhecimento aos membros de qualquer órgão do direito de requerer a sua convocação, sem prejuízo de se poder exigir um número mínimo de membros para o efeito;
- garantia de publicidade na convocação das reuniões de qualquer órgão, de forma a assegurar a todos os seus membros o reconhecimento prévio da realização da reunião, da sua ordem de trabalhos e a possibilidade de nela participar;
- reunião prefixada de qualquer órgão e possibilidade da convocação de reuniões extraordinárias;
- deliberação por maioria simples dos votos, excepto quanto às questões mais importantes para a vida da associação, como por exemplo, no caso de alteração dos estatutos, fusão e dissolução, em que poderá ser exigida uma maioria qualificada;
- voto directo dos membros presentes em cada órgão e, consequentemente, proibição do voto por procuração;
- garantia do princípio da proporcionalidade em função da representatividade dos associados nas deliberações dos órgãos das associações sindicais de nível intermédio e superior;
- limitação para qualquer associado (no caso de serem sindicatos) que, por força da aplicação do princípio da proporcionalidade detenha a maioria dos votos em qualquer órgão, de, por si só, poder deliberar, exigindo-se que seja, pelo menos, acompanhado na sua posição por outro associado;
- responsabilidade colectiva e individual dos membros de qualquer órgão perante quem os elegeu.

Zonas específicas de organização

Mulheres trabalhadoras

O reconhecimento do direito à plena igualdade da mulher e do homem em todos os domínios da vida económica, social e política pela Constituição levou a uma revisão global da legislação de forma a adequá-la aos princípios constitucionais.

Todavia, não basta o reconhecimento constitucional e legal do direito à igualdade sendo necessário fazê-lo corresponder na prática. É nesse sentido que a CGTP-IN organiza as mulheres trabalhadoras em torno dos seus problemas específicos e tendo em conta as formas e métodos de organização adequados à sua situação particular.

Juventude

A CGTP-IN, considera que se deve dar uma grande e especial atenção à organização e à luta dos jovens que, vítimas de política de direita imposta pelo FMI, não vislumbram no seu horizonte possibilidades de concretização das esperanças de trabalho e progresso e, por isso, são susceptíveis de cair no desespero constituindo-se potenciais vítimas das teias que a reacção lhes lança através da droga, prostituição, da aventura e do crime.

Quadros técnicos

É do interesse dos trabalhadores o reforço da cooperação com os quadros técnicos, nomeadamente quanto ao controlo operário, quanto à criação de condições que permitam o pleno aproveitamento das capacidades técnicas nacionais em ordem a evitar a dependência tecnológica face ao imperialismo. Para isso há que combater o sectarismo e resolver os problemas específicos dos quadros técnicos, nomeadamente os que se referem à qualificação, carreira, formação profissional, a garantia de emprego e remuneração compatível com o trabalho e elucidando os trabalhadores das vantagens da dessindicalização;

- Promover a sindicalização dos jovens que iniciam a sua actividade profissional;
- Lutar contra as tentativas de divisão do Movimento Sindical.

Reformados

Os reformados vêem-se em situação bastante difícil, dado os precários recursos de que dispõem para fazer face ao crescente custo de vida e com insuficiências de toda a ordem no campo da assistência.

O movimento Sindical deve:

- Manter estreita ligação com os reformados;
- Materializar a cooperação da organização sindical para com a organização dos reformados existentes na zona.

Informação e Propaganda

A deturpação, limitação e até os ataques às posições dos trabalhadores, reforça a importância da luta:

- Pelo exercício do direito ao tempo de antena na Rádio e TV pelo Movimento Sindical;
- Por uma informação progressista que, em especial no âmbito dos

órgãos de comunicação social estatizados (Imprensa, Rádio e TV) defende os interesses dos trabalhadores.

Formação Sindical

A CGTP-IN necessita de formar os seus próprios quadros sindicais considerando que: a experiência baseada na acção prática quotidiana é fundamental mas insuficiente; a prática sem teoria está mutilada e incompleta; o dirigente e o militante sindical sem preparação teórica dificilmente conduz com êxito a luta sindical; para os quadros sindicais é imprescindível o conhecimento teórico das leis objectivas e subjectivas do desenvolvimento económico, socialista e político da transformação da actividade; a Formação Sindical deve contribuir para melhorar a acção reivindicativa e organizativa quer a nível colectivo quer a nível individual.

Organização administrativa e financeira

Os fundos do Movimento Sindical são fundamentalmente provenientes das cobranças de quotizações normais pagas pelos trabalhadores.

A questão central e prioritária no plano de organização, no ano de 1980, é a reestruturação financeira e administrativa do Movimento Sindical, tendo em vista:

Pela intervenção efectiva da Inspecção do Trabalho no sentido de evitar e reprimir abusos que provocam instabilidade e insegurança no trabalho.

Pela aplicação efectiva e controlada das leis que prevêm auxílios às empresas em dificuldades, a fim de manterem os seus postos de trabalho.

Pela garantia do exercício ao controlo operário na empresa e sectores.

Pelo alargamento e reforço dos meios e das funções do IAPMEI para efectivo apoio às pequenas e médias empresas.

Dimensão internacional da nossa luta e da nossa acção

A profunda crise económica, cultural, social, ideológica e política que abala a sociedade capitalista é um dos traços dominantes da nossa época. Sobre os trabalhadores, nomeadamente os jovens, as mulheres e os emigrantes recaem os principais efeitos negativos da crise, afectando o seu nível de vida, o emprego e as condições de vida e de trabalho.

Factor de aceleração das desigualdades entre os países, incapaz de resolver os grandes problemas da humanidade, o subdesenvolvimento, a fome, o analfabetismo e a miséria, o sistema capitalista nega ao homem em vastas regiões do globo o direito à vida, à satisfação das suas necessidades básicas e ao aumento do seu bem-estar.

As sociedades transnacionais, que são as maiores responsáveis pela crise e que dela tiram partido activo, e os governos ao seu serviço tentam adaptar-se às novas condições existentes e superar as contradições em que se encontram. A actuação destes potentados da indústria e da finança exige do Movimento Sindical Internacional o reforço da sua acção coordena-

nada bem como o aprofundamento das análises desenvolvidas por organizações internacionais como a ONU e a OIT.

A luta por profundas transformações socioeconómicas e por uma nova e autêntica ordem económica internacional está profundamente ligada à luta que os trabalhadores e o povo português desenvolvem pela consolidação do regime democrático e constitucional.

Para além das especificidades próprias de cada país, a CGTP-IN entende que os trabalhadores na Europa têm os mesmos problemas e as mesmas aspirações a uma vida melhor. O desemprego crescente, a inflação, a perda do poder de compra, a acção das multinacionais, a destruição do potencial económico, etc., mostram de modo cada vez mais evidente a necessidade de acções convergentes, da cooperação e da unidade do Movimento Sindical para enfrentar esta situação e contribuir assim para a construção de uma Europa real. Ante ao serviço dos trabalhadores e dos povos que a compõem.

É nesta perspectiva construtiva que deve ser entendido o pedido de adesão da CGTP-IN à Confederação Europeia dos Sindicatos.

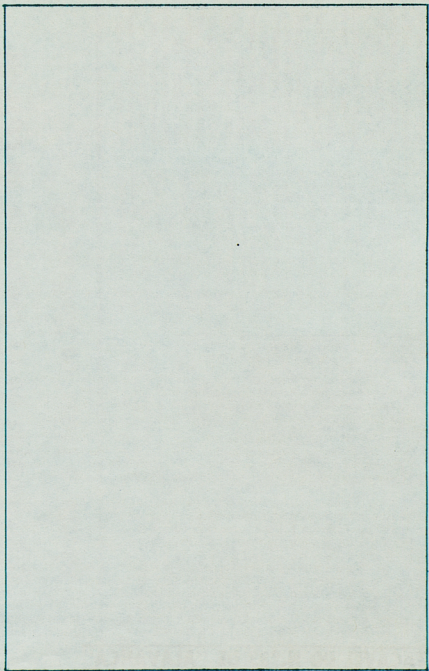
Profundamente enraizada nas gloriosas tradições de luta dos trabalhadores portugueses, nos princípios do sindicalismo unitário, democrático, independente, de classe e de massas, a CGTP-IN visa assim dar a sua própria contribuição ao sindicalismo europeu e participar no esforço tendente a tornar a CES num instrumento eficaz de acção e simultaneamente de renovação do sindicalismo mundial.

A CGTP-IN, no momento actual, entende dever manter a sua decisão de não filiação em nenhuma das três confederações sindicais mundiais e reafirma a sua intenção de cooperar com todas as organizações com base nos princípios da soberania, da independência e do respeito mútuo.

A CGTP-IN continuará a desenvolver todos os esforços no sentido de o Movimento Sindical Internacional encontrar formas de entendimento susceptíveis de permitir acções eficazes em defesa dos interesses dos trabalhadores e tornar mais efectiva a solidariedade internacional.

No quadro da sua actividade internacional a CGTP-IN continuará a prestar particular atenção às actividades no seio da Organização Internacional do Trabalho (OIT), cooperando nos esforços para a sua maior democratização e adequação à realidade da comunidade internacional.

A solidariedade internacionalista e a intensificação dos esforços e acções em defesa dos grandes princípios da democracia, contra o fascismo, o colonialismo, o neocolonialismo, o imperialismo, o racismo e o «apartheid», pela paz, o desarmamento e a cooperação internacional no quadro de uma Nova Ordem Económica Internacional mais justa, são as linhas de conduta pelas quais a CGTP-IN continuará a pautar a sua actuação.



DESTACÁVEL DO N.º 33 DE "ALAVANCA"